

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IFI eleva projeção de crescimento deste ano e reduz do próximo 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Economia forte faz parte de imposto no PIB crescer 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para Fitch, desempenho bom na economia não alivia incerteza fiscal 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf aprova súmula sobre solidariedade de grupo econômico 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

CMN regulamenta previdência como garantia de crédito 11

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS fará novo concurso 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: como botar as contribuições em dia 13

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: Justiça suspende descontos de grevistas - SERVIDOR 14

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi detalha novas regras de empréstimos a aposentados e pensionistas 15

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF - REPÓRTER NACIONAL 1º EDIÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Carlos Lupi diz ser "radicalmente contra" uma reforma da previdência 16

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Criação de dois tributos permitiu destravar reforma após décadas, diz 'mãe' do IVA Dual (Reforma tributária) 17

FOLHA ONLINE - SP - TV FOLHA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Microrreformas já têm efeitos na economia e podem elevar PIB, diz secretário de Haddad 19

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Conclusão da tributária pode ficar para 2025 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Um novo fator de riqueza para o Brasil 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Regulação pode reduzir risco de aposta on-line, avaliam especialistas	26
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Aventuras fiscais: o IPTU e a Cosip no país da reforma - OPINIÃO JURÍDICA	28
VALOR ECONÔMICO - SP - 5G TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
IoT cresce, mas custo limita popularização	30
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Transparência na segurança pública (Editorial)	32
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Salários têm reajuste acima da inflação	33
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Mais de 80% das negociações salariais superam a inflação	34
O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO ECONOMIA	
Gasto com bets soma mais que o dobro destinado a pesquisa e inovação, calcula economista - COLUNA DO ESTADÃO	35
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Ministro do STF marca para novembro audiência para debater legislação	37
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Exceção fiscal	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
BC sobe para 3,2% projeção do PIB e vê inflação maior	40
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Governo vê dívida bruta mais perto de 78% do PIB em 2024	41
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
BC vê aperto monetário até o ano eleitoral de 2026 (Editorial)	44
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Regime fiscal, 25 anos de inconsistências (Artigo)	46
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Mercado vê aperto mais forte na Selic após projeções do BC para IPCA	48
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA	
BC eleva para 3,2% projeção do PIB 2024	50
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO ECONOMIA	

Ipea eleva a previsão do IPCA de 4% para 4,4% neste ano.....	51
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA ECONOMIA	
Campos Neto explica fatores para alta da Selic.....	52
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - PERSONA ECONOMIA	
Quais as gerações com mais dívidas - PERSONA.....	53

IFI eleva projeção de crescimento deste ano e reduz do próximo

Gabriela Pereira De Brasília

A Instituição Fiscal Independente (IFI) revisou para cima a sua estimativa de crescimento para a economia neste ano. No entanto, reduziu a projeção para 2025. O órgão ligado ao Senado espera que o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresça 2,81% em 2024 e 1,80% em 2025. Em agosto, a previsão era de crescimento de 2,02% do **PIB** neste ano e de 1,90% no ano que vem. Os dados constam do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de setembro, divulgado ontem.

No relatório, a IFI destaca o crescimento da demanda interna, com um aumento de 1,3% no consumo das famílias em relação ao trimestre anterior, enquanto o consumo do governo e a formação bruta de capital fixo cresceram 1,3% e 2,1%, respectivamente.

Apesar do impacto negativo que a demanda externa provoca no desempenho do **PIB**, com crescimento de 1,4% das exportações, as importações subiram 7,6%, impulsionadas pela alta da absorção doméstica.

"O resultado do **PIB** no segundo trimestre é notável, especialmente se considerar o impacto negativo das enchentes no Rio Grande do Sul entre o fim de abril e o início de maio", afirmou o texto.

Para a dívida bruta do governo geral, medida em porcentagem do **PIB**, a IFI revisou a sua estimativa para cima, prevendo que o indicador vai encerrar o ano em 80,01%, ante 78,02%. Para 2025, a previsão é que a dívida alcance 82,21%, patamar inferior ao projetado em agosto, que foi de 81,21% do **PIB**.

A alteração foi resultado da trajetória recente da dívida, do cenário de alta dos juros e da expectativa de piora no déficit primário do setor público consolidado para 2024. "Ainda que a projeção para o déficit primário do setor público tenha ficado relativamente estável em relação à última revisão de cenário para 2024, no médio prazo, a estimativa da IFI é de um aumento desse déficit em função da piora na trajetória dos resultados primários do governo central", apontou o relatório.

No caso da **inflação** oficial do país, medida pelo IPCA, a IFI revisou a sua projeção para o resultado deste ano de 4,04% para 4,42%. Para o ano que vem,

passou de 3,48% para 3,66%.

A IFI também prevê que a taxa Selic vai terminar o ano em 11,50% e cair para 10% em 2025.

Antes, as projeções eram de 10,50% e 9,50%, respectivamente.

Já para o resultado primário, a IFI estima que o governo central vai terminar o ano com déficit de 0,83% do **PIB** ante 0,965% estimado no mês passado. Para 2025, a projeção é de um déficit de 1,20% do **PIB**.

O relatório aponta também que, para o cumprimento das metas fiscais de déficit zero em 2025 fixadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e superávit de 0,5% do **PIB** em 2026, será necessário aumentar as receitas primárias em proporção ao **PIB**, por meio do aumento da arrecadação. Além disso, a correção do salário mínimo pela **inflação** e a volta dos pisos constitucionais de saúde e educação são desafios potencializados que afetam a dinâmica das despesas.

De acordo com a IFI, as revisões realizadas pelo lado das despesas indicaram que a dinâmica de alguns gastos obrigatórios não estava "devidamente considerada nos cenários". Pelo lado das receitas, o texto aponta que as alterações estão em função da dificuldade de materialização de receitas extraordinárias de caráter incerto.

"Houve uma ligeira piora nas projeções de receita neste ano e nos dois seguintes em função de revisões realizadas em estimativas de arrecadação oriunda de julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e de transações tributárias realizadas no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da **Receita Federal do Brasil (RFB)**", disse.

Para as receitas administradas, a IFI passou a projetar 14,3% do **PIB** em 2024 ante 14,9% do **PIB** em junho passado. Para a arrecadação líquida do Regime Geral da **Previdência Social (RGPS)**, a estimativa de 2024 passou a ser de 5,4% do **PIB** em junho, para 5,5% do **PIB** agora. Já a projeção para as receitas não administradas do governo central de 2024 também foram revistas de 2,7% do **PIB** para 2,9% do **PIB**.

Considerando as despesas, a projeção com benefícios previdenciários é de R\$ 941,5 bilhões, o que representa R\$ 10,1 bilhões acima da projeção atual do governo (R\$ 931,4 bilhões). Já as despesas de pessoal e encargos sociais estão estáveis, tanto na projeção da IFI, em R\$ 374,1 bilhões, quanto nas projeções do governo. A IFI explica que grande parte da divergência com a LOA é dada pelas despesas com créditos extraordinários.

Outro ponto destacado no relatório é a projeção de bloqueio adicional de R\$ 7,2 bilhões (além dos R\$ 13,3 bilhões já programados), em decorrência das despesas obrigatórias projetadas. "Ainda assim, de acordo com as projeções da IFI, se nenhuma medida adicional for adotada, a meta de resultado primário do governo central não será cumprida no exercício, por uma margem de R\$ 29,7 bilhões, divergindo da projeção do relatório bimestral, que prevê o cumprimento da meta, utilizando o limite inferior", apontou a IFI.

A instituição também destacou que, desde o ano passado, vem emitindo alertas sobre a frustração esperada para as receitas primárias em 2024. "Embora os alertas emitidos pela IFI indicassem a necessidade de condução da política fiscal de maneira prudente, o que ocorreu de fato, além da falta de contingenciamento significativo, foi a ampliação do espaço fiscal disponível pela antecipação da possibilidade de abertura de crédito suplementar".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

Economia forte faz parte de imposto no PIB crescer

Anaís Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

A recomposição de **tributos**, a surpresa com a atividade econômica e a força especificamente do consumo das famílias e das importações têm feito a carga tributária que integra o **PIB** se afastar das mínimas históricas atingidas em 2023. Os **impostos** líquidos sobre produtos representaram 15,5% do valor adicionado a preços básicos no segundo trimestre de 2024, vindos de 15,35% no primeiro e de 14,2% no segundo trimestre de 2023, de acordo com o IBGE.

No primeiro trimestre de 2023, os **impostos** no **PIB** chegaram a 14,06% do valor adicionado, a menor participação desde o quarto trimestre de 1998, quando a fatia foi de 13,4%. A comparação tira da série o segundo trimestre de 2020, com taxa de 11,1%. Naquele período, a arrecadação de **tributos** sobre consumo caiu abruptamente, sob o choque da pandemia de covid-19, mas se recuperou no trimestre seguinte.

O valor adicionado diz respeito a quanto cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acrescenta ao valor final de tudo que foi produzido no país. Junto com o valor adicionado, os **impostos** sobre bens e serviços formam o **PIB** a preços de mercado, o dado mais popular nas divulgações do IBGE. Neste mês, por exemplo, o instituto informou que o **PIB** a preços de mercado surpreendeu e subiu 1,4% no segundo trimestre de 2024, ante o primeiro.

A recomposição dos **impostos** ajuda a reforçar o **PIB**. "As maiores surpresas no segundo trimestre de 2024 vieram do consumo do governo, do crescimento dos **impostos** líquidos e do setor de energia e saneamento", destaca Bruno Martins, economista do BTG Pactual, em relatório ao comentar o desempenho do **PIB**.

No primeiro semestre os **impostos** líquidos sobre produtos avançaram 4,4%, em relação a igual período de 2023. O valor adicionado a preços básicos subiu 2,7%, e o **PIB** a preços de mercado cresceu 2,9%.

Estudo do Bradesco mostra que, até março de 2022, os **impostos** vinham contribuindo com quase um ponto percentual para o crescimento do **PIB** em quatro trimestres. Desde junho daquele ano, essa contribuição caiu para 0,4 ou 0,3 ponto.

Com 15,5% do valor adicionado, a carga tributária no **PIB** se aproximou do patamar de meados de 2022 (15,2% no segundo trimestre), quando o governo federal começou a anunciar medidas de redução de **impostos** em meio à corrida eleitoral. Ainda está aquém da média de 16,3% na qual rodava pouco antes da pandemia.

De um lado, Estados aumentaram suas alíquotas-padrão para o ICMS. Em 2022, leis complementares do governo federal limitaram a alíquota de ICMS que os Estados aplicavam a setores importantes para a arrecadação, como energia, combustíveis e telecomunicações.

Esses setores eram usualmente tributados com alíquota de ICMS maior que a padrão, usada como alíquota geral, conforme escolha de cada Estado. As leis federais de 2022 fizeram com que o imposto nesses três segmentos ficasse limitado à alíquota padrão. Isso resultou em um movimento no qual parte dos Estados elevou a alíquota-padrão de ICMS, com aumentos que foram entrando em vigor apenas no decorrer do ano passado.

Ao mesmo tempo, a redução de PIS e Cofins (**tributos** federais), também no governo anterior, foi recomposta para itens importantes.

O PIS e Cofins sobre diesel tinha tributação zerada desde 2021.

O governo atual retomou a tributação de forma gradual em setembro de 2023 e, desde janeiro, a cobrança voltou a ser integral.

"Começamos a ver uma arrecadação mais normal desses **tributos**, que são totalmente pró-cíclicos", afirma Luís Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Para Roberto Olinto, ex-presidente do IBGE e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), a primeira hipótese para os **impostos** diretamente ligados ao consumo aumentarem acima da variação do valor adicionado ao **PIB** está relacionada exatamente ao crescimento econômico e à sua composição.

Neste ano, o **PIB** tem crescido puxado pela absorção doméstica, sobretudo o consumo das famílias, que avançou 4,6% na primeira metade de 2024, ante igual período de 2023. Em 2023, foi impulsionado pela agropecuária, que costuma ser menos tributada e que, agora, recua 2,9% no semestre.

"O consumo das famílias responde mais ou menos por 60% do **PIB**. Se esse consumo puxa, significa que, junto com ele, vem toda a parte dos **impostos** associados, como ICMS e ISS. Há um crescimento mais acelerado dos **impostos** do que do **PIB** inteiro", afirma Olinto.

Leal vê um empurrão até mais generalizado à arrecadação, já que os **impostos** no **PIB** incluem também, por exemplo, IPI, e a indústria sobe 3,4% na primeira metade do ano, ante 2023.

"Só que tem um detalhe: toda vez que tem um aumento da absorção interna, como a gente tem uma poupança doméstica muito baixa, principalmente por causa do déficit público, precisamos recorrer à poupança externa, e isso aparece no **PIB** via aumento das importações", diz Leal.

As importações têm crescido muito na primeira metade do ano: 12,6%, em relação ao mesmo período de 2023, enquanto as exportações sobem 5,4%. E as importações estão sujeitas a um imposto que também entra no **PIB**, o Imposto de Importação. "Quando tem aumento da absorção interna acompanhado de aumento expressivo das importações, os **impostos** têm desempenho melhor que o **PIB** em geral", afirma Leal.

Segundo o governo federal, de janeiro a julho, a arrecadação do imposto de importação cresceu 23,4% acima da **inflação** ante igual período de 2023, acima da média de 9,1%, considerando valores administrados pela **Receita Federal**.

"Os **impostos** de importação estão bombando, porque o volume está crescendo bastante e o câmbio depreciou", diz Bráulio Borges, economista sênior da LCA Consultores e pesquisador associado do FGV Ibre, observando que a base de incidência do imposto são as importações em reais. Olinto nota que, enquanto as exportações não são tão tributadas porque há uma série de incentivos, as importações fortes podem ajudar a elevar a arrecadação não apenas pelo Imposto de Importação, mas também porque elas são tributadas com outros **impostos**, como o ICMS.

Para Borges, o aumento das importações do Brasil reflete ainda o que tem se chamado de "China Shock 2.0". "A China está inundando o mundo com carro

elétrico e eletrificado, placa solar, baterias." O Brasil é o quinto maior destino para o conjunto dos embarques do país asiático de veículos elétricos e híbridos, painéis solares e outros itens fotovoltaicos e baterias de íon de lítio de janeiro a junho.

No primeiro semestre de 2024, a importação de veículos elétricos e eletrificados da China somou US\$ 2,64 bilhões (US\$ 350,1 milhões em igual período de 2023).

Somando carros, painéis e equipamentos solares e baterias de íon de lítio, a importação brasileira da China chegou a US\$ 4,57 bilhões no primeiro semestre deste ano.

Desde janeiro o desembarque de carros elétricos e híbridos no Brasil está sujeito a Imposto de Importação.

Para carros puramente elétricos, a alíquota inicial de 10% valeu até o fim de junho. Desde julho, é de 18%, e, pelo cronograma estabelecido pelo governo, chegará a 35% a partir de julho de 2026.

"No Brasil, em particular, houve uma antecipação de importação na primeira metade do ano por causa desse calendário de aumento de alíquotas", diz Borges. Isso significa, segundo ele, que, talvez, haja também "devolução" de parcela desse crescimento das importações nos próximos trimestres.

Olhando à frente, Leal projeta crescimento de 3,5% dos **impostos** no **PIB** em 2024, o que seria uma desaceleração da alta de 5,4% observada no segundo trimestre do ano, ante igual período de 2023.

"Achamos que o ritmo de crescimento dos **impostos** vai desacelerar até porque a perspectiva é de uma atividade também desacelerando.

Houve uma concentração de impulsos na primeira metade do ano que não deve se repetir", diz Leal. "Por isso, vamos ter um crescimento mais fraco, uma absorção interna mais fraca, uma desaceleração das importações e, conseqüentemente, um arrefecimento desses **impostos** no **PIB**." Ainda assim, os **impostos** devem contribuir com 0,45 ponto percentual para o crescimento do **PIB** no ano. "Não é um impacto desprezível. E, mesmo com desaceleração, os **impostos** devem fechar em um nível razoável", afirma.

"China inunda o mundo com carro elétrico, placa solar, baterias" Bráulio Borges

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187996>

Para Fitch, desempenho bom na economia não alivia incerteza fiscal

Victor Rezende De São Paulo

Embora o crescimento econômico do Brasil tenha surpreendido neste ano, o desempenho fiscal do país foi "mais fraco que o esperado", o que mantém elevada a incerteza em relação às contas públicas, na avaliação da agência de classificação de risco Fitch Rating.

"O desempenho superior da economia pode resultar, em parte, da postura fiscal mais frouxa. Se o desempenho fiscal for fraco quando o crescimento for forte, ele poderá se deteriorar ainda mais em uma desaceleração inesperada. As perspectivas incertas de consolidação fiscal são, portanto, uma vulnerabilidade macroeconômica, que restringe o rating soberano "BB", com perspectiva estável, do Brasil." Em comentário assinado por Todd Martinez, Shelly Shetty e Mark Brown, a Fitch observa que o governo tem mirado uma consolidação fiscal gradual, após deixar o déficit aumentar no ano passado para acomodar um aumento dos gastos sociais. Os analistas, porém, observam que o governo "enfrenta dificuldades" tanto para aumentar "substancialmente" as receitas quanto para conter as despesas.

A agência nota que o governo projeta um déficit primário de 0,6% do **PIB** neste ano, o que seria o máximo dada a regra do arcabouço fiscal, com faixa de tolerância de mais ou menos 0,25% do **PIB**, mas que não contempla alguns gastos, como os relacionados às enchentes no Rio Grande do Sul.

Os analistas da Fitch enfatizam que as principais medidas de aumento de arrecadação são transitórias ou têm resultados incertos, ao citar, em particular, as receitas provenientes de acordos de disputas no âmbito do **Carf**. E, na avaliação dos profissionais, medidas que têm sido pensadas pelo governo para compensar a falta de receitas, como o uso de recursos esquecidos nos bancos e dividendos maiores do BNDES, são "improvisadas", "mostram um comprometimento com as metas fiscais, mas não oferecem melhoras fiscais estruturais".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

Carf aprova súmula sobre solidariedade de grupo econômico

Luiza Calegari De São Paulo

Integrantes do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** aprovaram 16 súmulas, de um total de 17 propostas, para orientar os julgamentos do órgão.

A mais polêmica define que empresas do mesmo grupo econômico são responsáveis solidárias por obrigações previdenciárias. Os textos foram votados em sessão extraordinária realizada ontem e começam a valer após a publicação no Diário Oficial da União.

Tributaristas apontam que essa súmula sobre obrigações previdenciárias afronta entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), contraria jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, por isso, deve aumentar a judicialização.

A proposta foi aprovada por sete votos a três, com a adesão de conselheiros representantes dos contribuintes. O texto afirma que "as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações previstas na legislação previdenciária, nos termos do artigo 30, inciso IX, da Lei nº 8.212/1991, c/c o artigo 124, inciso II, do CTN, sem necessidade de o Fisco demonstrar o interesse comum a que alude o artigo 124, inciso I, do CTN".

Caio Quintella, ex-conselheiro e sócio da Nader Quintella Advogados, diz que os problemas começam pelo número de acórdãos que basearam a edição da súmula: apenas três, o mínimo legal exigido pelo Regimento Interno do **Carf**, a partir de uma alteração feita no ano de 2023, criticada por especialistas.

Dos três acórdãos analisados para a proposição da súmula, apenas um deles trata de responsabilidade objetiva de grupos econômicos pelo pagamento de débitos previdenciários. Os outros, afirmam tributaristas, pressupõem a prática de ato ilícito para que isso ocorra.

Flávio Molinari, advogado tributarista sócio do Collavini Advogados, diz que os processos apontados como precedentes são discutíveis. "Os casos concretos destacam a necessidade de considerar o contexto fático e os elementos de prova para configurar o

interesse comum entre as pessoas jurídicas", afirma.

Segundo a súmula aprovada, no entanto, basta a mera constatação de grupo econômico pelo colegiado em que o processo se originou para que uma empresa possa ser responsabilizada pelas dívidas de outra.

A advogada Maria Rita Ferragut, líder de tributário do Trench Rossi Watanabe, destaca que no Tema 13 de repercussão geral, que transitou em julgado (não cabe mais recurso) em 2014, o STF definiu que os sócios da empresa não podiam ser responsabilizados, com seu patrimônio pessoal, pelas dívidas previdenciárias da pessoa jurídica. O caso, acrescenta, não tratava de empresas do mesmo grupo, mas a lógica por trás do entendimento é a mesma.

No STJ, de acordo com especialistas, a jurisprudência também é consolidada há muitos anos no sentido de afirmar que a composição de grupo econômico, por si só, não basta para decretar a responsabilidade solidária.

Em 2011, a 1ª Seção assentou que já era entendimento majoritário nas turmas que "o fato de haver pessoas jurídicas que pertençam ao mesmo grupo econômico, por si só, não enseja a responsabilidade solidária, na forma prevista no artigo 124 do CTN" (EREsp 859616).

O entendimento foi reforçado em agravos em um precedente do ano de 2013 no qual a 2ª Turma considerou correto "o entendimento de que, nos termos do artigo 124 do CTN, existe responsabilidade tributária solidária entre empresas de um mesmo grupo econômico apenas quando ambas realizem conjuntamente a situação configuradora do fato gerador, não bastando o mero interesse econômico na consecução de referida situação" (ARESP 429.923).

Para Maria Rita Ferragut, a aprovação dessa súmula vai gerar um imenso contencioso.

"Certamente os contribuintes irão discutir essa matéria no Judiciário e ganhar. A decisão vai totalmente na contramão da redução de litigiosidade que estamos tanto defendendo." Outra súmula aprovada com potencial para gerar problemas no Judiciário é a que prevê critérios fixos para a geração de créditos do PIS e Cofins não cumulativos no transporte de produtos

entre estabelecimentos de uma mesma empresa.

Diz o enunciado, aprovado por sete votos a três: "Os gastos com fretes relativos ao transporte de produtos acabados entre estabelecimentos da empresa não geram créditos de contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins não cumulativas".

Caio Quintella entende que a redação restringe a análise das especificidades de cada processo.

"Vai-se criar um enrijecimento nos julgamentos incompatível com a demandas de análise caso a caso da cadeia na qual ocorre tal creditamento pelo transporte", afirma o especialista.

Durante o debate, conselheiros contrários à aprovação da proposta levantaram o mesmo argumento, destacando que os insumos de PIS e Cofins são vinculados aos processos produtivos do contribuinte. Assim, não seria possível dizer que o frete de produto acabado é irrelevante para o processo produtivo. No caso da produção de ouro, por exemplo, citado pelo conselheiro Oswaldo Castro Neto, o transporte do minério para um depósito seguro faz parte da cadeia de produção.

Adriana Stamato, sócia da área tributária do Trench Rossi Watanabe, também defende que o frete de produtos acabados deveria ser creditável, especialmente na indústria.

"O fato de o produto já estar pronto não significa que acabou seu ciclo de produção, pois isso poderia ser entendido como estar "pronto para venda" e isso só irá ocorrer quando o produto estiver no local a partir de onde ele será vendido ao cliente", afirma. "Para chegar a esse lugar, é claro que precisa ser transportado e, nesse sentido, o valor do frete deveria ser considerado como creditável para prestigiar o princípio da não cumulatividade", acrescenta.

"Problemas começam pelo número de acórdãos que basearam a edição" Caio Quintella

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

CMN regulamenta previdência como garantia de crédito

Guilherme Pimenta, Jéssica Sant"Ana e Álvaro Campos De Brasília e São Paulo O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) regulamentaram a lei que prevê a utilização de recursos acumulados em planos de **previdência complementar** aberta como garantia de empréstimos contratados com os bancos. A lei foi publicada em agosto do ano passado, mas ainda não havia a regulamentação.

Também poderão ser dados como garantia para empréstimos dinheiro de seguros e acumulados em títulos de capitalização. Os recursos disponíveis para utilização como garantia em operações de crédito somam mais de R\$ 1 trilhão, segundo o Ministério da Fazenda.

Segundo o ministério, a medida visa aumentar a eficiência do mercado de crédito, proporcionando condições de contratação mais favoráveis ao tomador final e redução nas taxas de juros.

"Também contribui para estimular a formação de poupança previdenciária, uma importante fonte de financiamento de projetos de longo prazo no país." A Secretaria de Reformas Econômicas (SRE) do Ministério da Fazenda estima que, considerando que a taxa de juros anual média das operações de crédito pessoal sem garantias é hoje de aproximadamente 90% ao ano, a medida possibilitará redução de mais de 60 pontos percentuais para os clientes titulares desses recursos.

Segundo a SRE, os consumidores poderão utilizar esses direitos de forma mais flexível e em condições mais vantajosas, "sem a necessidade de terem que resgatar seus recursos em condições potencialmente desfavoráveis, por alguma necessidade imediata de liquidez, preservando ainda a proteção securitária e previdenciária".

"Embora essa modalidade de garantia já fosse autorizada pela legislação, a regulamentação trará maior segurança jurídica e operacional ao produto, além de criar condições para ampliar a concorrência entre as instituições de crédito", informa a pasta.

A Brasilprev, empresa de **previdência complementar** do conglomerado da BB Seguridade, já havia testado a operação em um programa piloto em parceria com o

Banco do Brasil. Os resultados foram considerados promissores e o programa deve ser expandido para toda a base de clientes neste ano.

Quando o cliente opta por esta modalidade de crédito, o seu plano de previdência privada passa a contar com algumas alterações.

Não é possível realizar portabilidade e o valor utilizado como garantia não poderá ser resgatado, apesar de continuar rendendo.

O CMN também publicou uma resolução que regulamenta a lei que possibilitou a todas as instituições financeiras utilizarem os instrumentos de repasse interfinanceiro como lastro na emissão de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Até então, apenas os sistemas cooperativos de crédito podiam utilizar esse mecanismo, segundo o Banco Central. "Com a medida, o CMN estende aos bancos de desenvolvimento e ao BNDES a possibilidade de utilizar essas operações de crédito rural."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

INSS fará novo concurso

Ingrid Coelho ingrid.coelho@svm.com.br

Dois anos após a realização do último concurso, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) deve contar com um novo certame no próximo ano, disse o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, durante o programa "Bom Dia, Ministro", transmitido na manhã desta quinta-feira (26) pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

"A nossa intenção é pedir um novo concurso de nível superior para o ano que vem", disse Lupi, ao ser questionado sobre o déficit de servidores na **Previdência Social**. O programa "Bom Dia, Ministro" conta com a contribuição ao vivo de jornalistas de várias partes do Brasil e, nesta quinta, a Rádio Verdinha foi um dos veículos participantes. De acordo com Lupi, o déficit de servidores é um dos motivos que culminou na recente greve do **INSS** e, por isso, não só há a intenção de realizar novo concurso, mas há também há pretensão de convocar mais 500 aprovados no certame de 2022.

"Desses concursados (de 2022), já somos 1.250 e estamos solicitando mais 500 aprovados de nível médio, que são fundamentais para nós". Ele explicou, porém, que depende de "autorização especial" para essa convocação porque o concurso de 2022 "já foi vencido".

"Nós prorrogamos e estamos examinando para que chamemos mais esses 500, mas, no fundo, o que precisamos é fazer concurso de nível superior", enfatizou. "Isso está me dando um dos motivos de ter greve, até. E eu não posso mudar a feitura do concurso, ora, se você faz o concurso para nível médio e é aprovado em nível médio, eu não tenho como, com uma caneta, mudar o grau, mesmo a pessoa tendo um nível superior, porque (o candidato) não fez o concurso para aquele fim, com aquele objetivo", frisou Carlos Lupi durante o programa.

Ele prosseguiu dizendo que a situação está gerando "dor de cabeça" e que parcela dos servidores está se sentindo "injustificada com razão".

Necessidade "Porque acabam fazendo o mesmo trabalho do (servidor de) nível superior. Mas eu acho que a necessidade é tão grande que eu quero chamar esses 500, tem que ser até o fim do ano, porque se não for eu não terei como chamar mais". Os servidores do **INSS** entraram em greve no mês de julho do ano passado, conforme decisão aprovada em plenária

nacional. De acordo com Lupi, a maioria dos estados já está com a situação normalizada.

"Foi feito um acordo com uma das representações da categoria e uma segunda deve fazer hoje esse acordo. Temos uma terceira que está um pouco dividida e nós estamos fazendo o que podemos". "Temos alguns focos, mas na conversa, no diálogo estamos resolvendo", disse Lupi.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

INSS: como botar as contribuições em dia

Na hora de calcular a aposentadoria, muitos trabalhadores ficam em dúvida se podem fazer contribuições em atraso em relação a períodos em que não fez recolhimento à **Previdência Social**. Esse recurso é possível, desde que o segurado tenha como comprovar que estava trabalhando no período em questão.

Recolhimentos em atraso são voltados especialmente a profissionais autônomos.

- Cabe ao autônomo a responsabilidade das contribuições, por ser o administrador do negócio. A legislação exige o recolhimento em atraso e a comprovação da atividade profissional - diz Marco Serau, advogado e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Contribuintes individuais podem quitar as competências dos últimos cinco anos.

Já os segurados facultativos podem pagar as contribuições dos últimos seis meses (período em que se mantém a qualidade de segurado facultativo).

Empregados domésticos podem regularizar contribuições desde 8 de abril de 1973 e anteriores a outubro de 2015 (eSocial).

É preciso comprovar a atividade de trabalho por meio de documentos, como notas fiscais, contrato de trabalho, inscrição como autônomo na prefeitura ou comprovantes de pagamento de **impostos**.

Em seguida, solicitar o serviço "Retroagir Data de Início da Contribuição (DIC)", que se refere à análise do documento que comprova o trabalho remunerado, por meio da Central 135 do **INSS**. Caso a atividade seja reconhecida, o segurado deverá pedir o serviço "Calcular Período Decadente", também por meio do 135, para efetuar a contribuição em atraso. s

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS: Justiça suspende descontos de grevistas - SERVIDOR

Gustavo Silva

A Justiça Federal concedeu uma liminar aos servidores do **INSS** e suspendeu o registro de falta injustificada aos grevistas. A ação foi movida pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

Na última semana, Alessandro Stefanutto, presidente do **INSS**, revogou o ofício que determinava o registro das faltas dos servidores em greve como "falta injustificada" a partir de 28 de agosto. A medida foi revertida após pressão da categoria, que ocupou a direção central da autarquia, em Brasília, exigindo a revogação do documento.

A greve dos servidores do **INSS** se estende desde o início de julho, com pautas que incluem melhores condições de trabalho, reajuste salarial e a revisão de metas e prazos para análise de benefícios.

TJRJ exige desincorporação de adicional de não concursados

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) decidiu manter a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 212, que garantia aos servidores municipais a incorporação dos cargos em comissão, emprego de confiança ou função gratificada até a data de sanção da lei complementar, em 2019. A medida exige ainda a desincorporação do adicional.

Com a decisão, os servidores que tinham incorporados os valores ao seu salário até a data da promulgação da lei não receberão mais estes valores.

No entanto, a decisão não exige a devolução dos valores recebidos desde a promulgação da lei.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Lupi detalha novas regras de empréstimos a aposentados e pensionistas

Oussama El Ghaouri - Repórter da Rádio Nacional

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, detalhou nesta quinta-feira as novas regras para empréstimos consignados a aposentados e pensionistas do **INSS**, durante o programa Bom Dia, Ministro da EBC, a Empresa Brasil de Comunicação.

A partir de janeiro, os segurados que começarem a receber o benefício podem solicitar o consignado antes do prazo de 90 dias no banco onde será pago o benefício.

Para as demais instituições, que não fazem o pagamento da folha, a oferta só poderá ser feita 90 dias depois da concessão do novo benefício.

De acordo com o ministro, uma espécie de licitação está sendo feita para que novos bancos tenham o direito de pagar os benefícios.

Segundo Lupi, o beneficiário também terá vantagens com as novas regras. Outro destaque foi a revisão dos benefícios por incapacidade, que ocorre a cada dois anos.

Lupi informou que a adoção da ferramenta Atestmed agilizou a concessão do auxílio-doença, reduzindo o tempo médio de 394 para 62 dias.

Segundo o ministro, os gastos com benefícios por incapacidade temporária caíram de R\$ 34,3 bilhões de janeiro a julho do ano passado para R\$ 25,8 bilhões no mesmo período deste ano.

Perguntado sobre uma possível nova reforma da previdência para melhorar as contas do **INSS**, Lupi disse que é contra.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2024-09/lupi-detalha-novas-regras-de-emprestimos-aposentados-e-pensionistas>

Carlos Lupi diz ser "radicalmente contra" uma reforma da previdência

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2024/09/27/RDIONACIONAL
DEBRASLIAFM961DF-07.34.54-07.36.55-1727437167.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2024/09/27/RDIONACIONAL
DEBRASLIAFM961DF-07.34.54-07.36.55-1727437167.mp3)**

Criação de dois tributos permitiu destravar reforma após décadas, diz 'mãe' do IVA Dual (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O principal entrave à aprovação da **reforma tributária** sempre foi a resistência de estados e municípios à criação de um imposto único sobre o consumo, administrado pela **Receita Federal**. Diante desse diagnóstico, a professora de Direito e consultora Melina Rocha decidiu estudar os sistemas de dois países que haviam encontrado uma solução para o mesmo problema.

Canadá e Índia transformaram um imposto utilizado em mais de 170 países, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), em um tributo "dual". Esse é o modelo que será adotado pelo Brasil nos próximos anos e que viabilizou a aprovação da emenda constitucional da **reforma tributária** em 2023.

No caso brasileiro, consumidores e empresas irão pagar dois **tributos** na mesma guia. Um irá para a **Receita Federal**. O outro, para um comitê formado por estados e municípios. Haverá apenas um cadastro e uma nota fiscal. Serão substituídos cinco **tributos** repartidos entre todos os entes e que possuem regras específicas.

"Nosso ponto sempre foi esse. Somente com o modelo de IVA dual seria possível a aprovação da reforma, o que se mostrou verdadeiro", afirma Melina em entrevista à Folha.

"Até o secretário Bernard Appy, que sempre defendeu o IVA único, aceitou que, politicamente, seria a opção para que a reforma fosse aprovada."

O estudo sobre o IVA Dual teve início quando Melina estava no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O objetivo era oferecer um contraponto à proposta do CCIF (Centro de Cidadania Fiscal), entidade liderada na época por Appy, que elaborou a proposta que previa um único tributo.

Olhando o histórico das tentativas de **reforma tributária** desde a Constituinte, ela concluiu que o principal entrave era a questão federativa. Principalmente o receio de deixar toda a arrecadação nas mãos da União.

Melina foi ao Canadá estudar o sistema deles, uma nova versão daquele adotado na maior parte da Europa, da Ásia e da América Latina. Também foi feito estudo sobre o IVA Dual da Índia.

Foi elaborado então o modelo brasileiro, que acabou incluído pelo ex-senador Roberto Rocha na proposta de reforma apresentada pelo Senado em 2019, a PEC 110 -um contraponto à PEC 45, elaborada pelo CCIF e apresentada na Câmara pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Posteriormente, os dois textos foram unificados, resultando na emenda que está hoje na Constituição.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Melina explica que Índia e Canadá utilizam o IVA dual porque as constituições deles, assim como a nossa, trazem a competência compartilhada para tributar o consumo. Mas era necessária uma adaptação, porque no Brasil os municípios também são parte da federação, o que não acontece nesses outros países.

"A reforma aprovada foi inspirada nesses modelos, mas há diferenças. Teremos um modelo único, brasileiro, que foi adaptado à nossa federação", afirma.

Outra questão é que, nos dois modelos internacionais, a arrecadação nas operações envolvendo mais de um estado ou província fica a cargo do governo federal, que repassa o dinheiro.

"No Brasil, criamos a figura do Comitê Gestor justamente para não atribuir essa competência para a União, para respeitar a autonomia de estados e municípios com relação às operações do seu próprio tributo", diz a especialista.

Por aqui, chegou-se a pensar em uma câmara de compensações, o que daria poder quase absoluto a São Paulo para gerir a arrecadação dos demais estados, segundo Melina. Nesse formato, os

municípios também ficariam dependentes de repasses estaduais, e as empresas teriam de se inscrever de forma individualizada em cada local.

Por isso, optou-se pelo modelo de um comitê em que há participação de 26 estados, Distrito Federal e 27 representantes dos municípios. Esse órgão vai centralizar a arrecadação e fazer a destinação dos recursos para o local em que está o consumidor do bem ou serviço.

O comitê também garante que o dinheiro não vai entrar no caixa de nenhum ente até que seja feita uma operação ao consumidor final.

"O comitê gestor vai reter os recursos na operações no meio da cadeia, porque esses recursos, na verdade, vão fazer jus ao crédito da operação subsequente. Isso dá uma maior segurança, principalmente para as empresas, que vão ter a garantia de que o crédito vai ser devolvido", afirma.

Melina afirma que o principal benefício da reforma percebido pelo consumidor será a transparência em relação à carga tributária de cada bem ou serviço. "Hoje, temos um sistema tributário tão caótico, que é impossível estimar qual a carga tributária que o consumidor está pagando. O mesmo produto vendido por uma empresa pode ter uma carga menor que o de outra que não faz jus a benefício fiscal."

Para as empresas, ela diz que o principal impacto é a limpeza de resíduos tributários do meio da cadeia produtiva. "Vai ficar mais barato produzir no Brasil, porque os empresários vão deixar de ter esse custo tributário. Isso deve impactar no preço dos produtos", afirma, citando também a desoneração do investimento e das exportações, a redução de litígios e a redução de custos com a simplificação do sistema.

Melina afirma que a reforma cria um imposto de acordo com o que há de mais moderno em termos de IVA, em relação às normas gerais. O sistema de arrecadação automático previsto (split payment) é até mais avançado do que em outros países. O grande número de exceções, por outro lado, remete a IVAs mais antigos, como os da Europa.

"Por conta do nosso ponto de partida, para que a **reforma tributária** fosse aprovada, tiveram que ser incluídas todas essas reduções de alíquotas, isenções, créditos presumidos e regimes diferenciados. Essa parte não segue os modelos mais modernos e as recomendações de organismos internacionais e de pesquisas acadêmicas", afirma. "Em relação à parte tecnológica, o sistema brasileiro estará à frente da maior parte dos países do mundo. Vai ser um modelo internacional."

O Brasil optou, por exemplo, em adotar uma não-cumulatividade mais ampla. Na maior parte dos países, afirma, há sempre um condicionante para o creditamento.

"No Brasil, propositalmente, não se colocou essa condicionante para a tomada do crédito. O contribuinte terá direito ao crédito sobre todas as suas aquisições", diz Melina. Haverá apenas a restrição a bens de uso e consumo pessoal, com uma lista definida.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/09/criacao-de-dois-tributos-permitiu-destravar-reforma-apos-decadas-diz-mae-do-iva-dual.shtml>

Microrreformas já têm efeitos na economia e podem elevar PIB, diz secretário de Haddad

Adriana Fernandes

O Ministério da Fazenda calcula que o **PIB** (Produto Interno Bruto) poderá crescer pelo menos 10% a mais com os efeitos das medidas de reformas já aprovadas e os projetos da agenda microeconômica que aguardam votação final no Congresso.

O cálculo leva em conta reformas financeiras (3%), **reforma tributária** (6%) e o programa Pé-de-Meia (1%), de combate à evasão escolar.

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, disse à Folha que essa é uma agenda silenciosa e pouco considerada pelos analistas nas projeções de crescimento.

Segundo ele, os efeitos de projetos aprovados já podem ser observados, como o aumento do crédito e do mercado de capitais.

O crescimento da atividade além do esperado tem alimentado o debate em torno de duas perguntas: por que os economistas estão errado tanto nas previsões de **PIB** e até quando o Brasil pode crescer sem pressão inflacionária.

O debate ganhou força após a divulgação, no início deste mês, de mais uma surpresa do **PIB** - aumento de 1,4% no segundo trimestre - e alta dos juros pelo Banco Central .

Para Barbosa Pinto, a expansão na economia é alimentada por aumento do salário mínimo e transferências governamentais, como o programa Bolsa Família, mas tem um componente relevante das reformas que estão sendo feitas.

"A expansão do crédito que está acontecendo é extremamente relevante do ponto de vista macroeconômico. São todas modalidades de financiamento mais baratas. Mas além de explicar o que está acontecendo, é mais interessante pensar no que vai acontecer", ressalta.

Segundo ele, a melhor maneira de aumentar o **PIB** potencial é fazer essas reformas que aumentam a produtividade.

O secretário lembra que historicamente o Brasil tem

um **PIB** potencial baixo. Esse quadro acaba levando o Banco Central em alguns momentos a subir a taxa de juros, mesmo com um crescimento não tão alto.

A conta da equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de crescimento extra é sustentada por estudos de dentro e fora do governo.

A previsão de um adicional de 3% do **PIB** com as reformas financeiras tem como base estudo do Banco Central. O trabalho aponta que, se o Brasil tivesse o spread bancário equivalente à média mundial, o **PIB** brasileiro poderia ser 5% maior. O spread é a diferença entre os juros cobrados pelos bancos ao emprestar dinheiro e os juros pagos para captar recursos.

A meta da Fazenda é cortar o spread bancário pela metade e, dessa forma, incrementar o **PIB** em mais 3%. O secretário cita que o spread em 12 meses até julho caiu 7,2 pontos percentuais para pessoas físicas. Incluindo a empresas, a queda foi de 4,5 pontos.

Barbosa Pinto destaca os pontos positivos do marco de garantias , que aprimora as normas relacionadas às garantias em empréstimos. "Tivemos crescimento de 40,6% em 12 meses do financiamento de veículos", ressalta.

Outra medida vista como resultado das reformas microeconômicas na alta do crédito foi a permissão para um segundo financiamento com garantia de imóveis, mesmo quando o bem já é financiado. O crédito com garantia de imóveis, o chamado home equity, cresceu 41% nos últimos 12 meses até junho.

O diagnóstico do Ministério da Fazenda é o de que é preciso investir mais no mercado de capitais para reduzir o spread e o custo do crédito para as empresas.

Pinto destaca também a aprovação do projeto que trata do regime legal de juros, com uma regra que simplificou todo o processo de emissão de títulos no mercado de capitais, as debêntures. A mudança regulatória deu mais segurança jurídica para cobrança de juros e correção monetária nos títulos do mercado de capitais.

Também ajudou a decisão do CMN (Conselho

Monetário Nacional) de fevereiro passado que fechou brechas que permitiam a emissão indiscriminada de títulos de renda fixa com isenção do Imposto de Renda, como as LCA e LCI -papeis que têm como base operações no setor imobiliário e no agronegócio- para ampliar o mercado de capitais.

O volume de emissão de LCIs caiu 58,95%, enquanto as LCAs recuaram 47,65%. Com a decisão do CMN, os investimentos migraram para o mercado de capitais, principalmente para as debêntures de infraestrutura incentivadas (com isenção) e os títulos não incentivados. A tendência é as empresas fazerem mais investimentos com os recursos captados porque o spread no mercado de capitais é menor do que nos bancos.

O secretário do Ministério da Fazenda elenca nessa agenda de microrreformas o lançamento pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) de uma norma para consulta pública reduzindo os requisitos e os custos para a emissão de títulos de dívida no mercado de capitais.

A medida dispensa intermediários na operação e permite uma série de simplificações que reduzem o custo. Hoje, são as empresas menores que pagam os maiores spreads nos empréstimos bancários. O governo quer trazer mais e menores empresa para o mercado de capitais.

Nos últimos meses, a equipe econômica está concentrada também em outra "perna" da reforma financeira: a melhoria regulatória do mercado de seguros. Barbosa Pinto diz que o produto seguro no Brasil está estacionado em mais ou menos 1,5% do **PIB** há anos e a estratégia é acelerar as reformas no setor.

No Congresso, tramita um projeto de lei que trata do contrato de seguro. A proposta já foi aprovada na Câmara e Senado. Agora, aguarda uma nova votação na Câmara. Está a um passo de ser aprovado.

Outro projeto, que permite às cooperativas e associações oferecerem serviços de seguros, é aposta da equipe econômica. Hoje, as cooperativas já representam 6% do crédito no Brasil, mas não oferecem o produto seguro. O projeto já passou na Câmara com 493 votos e aguarda votação no Senado. Hoje, as cooperativas não podem oferecer seguros.

Na segunda frente de reformas, está a tributária. Estudo do FMI (Fundo Monetário Nacional) prevê um aumento de 6% a 11% do **PIB** com a aprovação desse texto. Além dos efeitos da desburocratização, a reforma desonera os investimentos no Brasil, hoje tributados.

Por fim, o secretário diz avaliar que o potencial do programa Pé-de-Meia, que paga bolsa a alunos de baixa renda matriculados no ensino médio público, está recebendo pouca atenção dos economistas.

A estimativa de incremento de 1% do **PIB** com o programa é sustentado por estudo do pesquisador Ricardo Paes de Barros, que mostrou que o custo da evasão escolar no Brasil é de 3% do **PIB**.

"A queda esperada da evasão escolar é de um terço. Esperamos atingir esse resultado em três anos, já contando este ano", prevê o secretário.

1) Reformas financeiras (impacto de 3%)

. Novo marco de garantias (Aprovado em dezembro de 2023)

. Regime Legal de Juros (Aprovado em junho de 2024)

. Alteração pelo CMN das regras para LCAs e LCIs (fevereiro de 2024)

. Consulta Pública pela CVM para facilitar emissões de títulos por empresas menores (setembro de 2024)

. PL que trata de contrato de seguro (Aprovado na Câmara e Senado, faltando última votação na Câmara)

. PL que permite às cooperativas oferecerem serviços de seguros (Aprovado na Câmara, faltando votação no Senado)

Efeito : aumenta a competição, reduz o custos dos financiamentos, aumenta o crédito para os investimentos, que puxam o **PIB**

2) Reforma Tributária (Impacto de 6%)

. Emenda constitucional (aprovada em dezembro 2023)

. PL 1 que regulamenta a reforma e trata do Conselho do IBS, tributo que será do estados e municípios (Aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado)

. PL 2 que regulamenta os contenciosos dos novos **impostos** (Aprovado o texto-base na Câmara, faltando a votação dos destaques e depois o Senado)

Efeito : Simplifica a tributação, reduz o custo para as empresas de pagar os **impostos**, desonera os investimentos, que puxam o **PIB**

3) Programa Pé-de-Meia (impacto de 1%)

. Criado em 2023 no governo Lula. Já em funcionamento.

Efeito : Aumenta a capital humano, a produtividade do trabalhador e o **PIB** potencial do Brasil

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/tv/mercado/2024/09/micror-reformas-ja-tem-efeitos-na-economia-e-podem-elevar-pib-diz-secretario-de-haddad.shtml>

Conclusão da tributária pode ficar para 2025

Por Julia Lindner, Caetano Tonet e Renan Truffi - De Brasília

Uma disputa silenciosa entre a Câmara dos Deputados e o Senado ameaça deixar a conclusão do principal texto sobre regulamentação da **reforma tributária** para o ano que vem, contrariando a vontade do governo.

O movimento já foi identificado por integrantes do Palácio do Planalto, que reservadamente admitem a possibilidade de a apreciação só ocorrer em 2025.

No Planalto, também há uma avaliação de que um grupo de senadores tenta evitar que a deliberação seja finalizada na gestão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que deixará o cargo a partir de fevereiro. O intuito é impedir que o alagoano fique com o mérito por ter dado a palavra final na matéria.

Rodrigo Pacheco: presidente do Senado evita falar em datas para a votação - Foto: Ricardo Stuckert

Ao Valor, alguns senadores reconhecem que cogitam segurar a deliberação do texto caso não haja acordo para a versão aprovada por eles ser posteriormente confirmada pelos deputados. Se a matéria for modificada no Senado, algo tido como certo, ela precisará ser votada novamente pela outra Casa, que pode rejeitar ou não as alterações.

A questão é um dos fatores que fez com que os senadores resistissem a aceitar a tramitação em regime de urgência, cujo prazo durava 45 dias e encerrou na última segunda-feira (23). Com isso, o projeto passou a trancar a pauta do plenário e adiar deliberações já nesta semana.

Como mostrou o Valor, o governo bateu o martelo e vai recuar do trâmite mais célere nos próximos dias. Sem isso, uma das votações que poderia ser impactada é a indicação do escolhido pelo presidente Lula ao comando do Banco Central, Gabriel Galípolo, cuja sabatina e análise ocorrerão no dia 8 de outubro.

Procurado, o relator da matéria no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que ainda não foi formalmente designado para a função, afirmou que é "premature" falar em um adiamento para o próximo ano e que tudo não passa de "especulação". Interlocutores do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também consideram ser cedo para se falar em datas.

Líder do PSD, o senador Otto Alencar (BA) defende que Câmara e Senado precisam chegar a um acordo sobre a redação final. "Sendo lei complementar, o mínimo que tem que ter é um consenso entre as duas Casas. De nada adianta mudarmos [o texto] no Senado, voltar para lá e colocarem como veio", pontuou.

"Tem que ter acordo, mas acordo para cumprir. Até porque muitos dos acordos que foram feitos esse ano e no ano passado não foram cumpridos. Volta para lá e se coloca do mesmo jeito que foi encaminhado para o Senado. O Senado não tem sido Casa revisora, mas Casa revisada. Tanto que muitas matérias nós não temos alterado uma vírgula para não ter que voltar para lá", acrescentou Alencar.

Coordenador do grupo de trabalho que trata da regulamentação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Izalci Lucas (PL-DF) afirmou que ainda haverá "muito debate" na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No colegiado, o projeto já possui 1.296 emendas (sugestões de modificações feitas pelos parlamentares).

"Não sei nem se vota esse ano, porque têm muitas solicitações de mudança, coisas que vão ter que mudar. E não sei até que ponto vai dar para discutir isso até o final do ano", avaliou Izalci.

O senador destacou, ainda, que terá de haver um entendimento entre a Câmara e o Senado. "Isso tem que ser conversado direitinho entre as Casas", frisou.

Líder da oposição no Senado, Marcos Rogério (PL-RO) afirmou que, no que depender do grupo, a Casa "não vai votar essa proposta antes de uma ampla discussão e reforma do texto que veio da Câmara". "Temos que ter responsabilidade com o Brasil", alegou. O sentimento é compartilhado por outros nomes da oposição, como Carlos Portinho (RJ), que lidera a bancada do PL.

Uma das principais preocupações dos senadores envolve o aumento da alíquota de referência do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que passou para cerca de 28% na versão aprovada pela Câmara, segundo estudo realizado pelo Ministério da Fazenda.

Relator da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) considera que a matéria será votada ainda neste ano. "Não vai ficar, não [para o ano que vem]. Vai votar

depois da eleição, está tranquilo", minimizou.

Sobre um possível acordo para preservar pontos aprovados pelo Senado, Lopes evitou se comprometer. "Vamos ver. Eles [senadores] sempre trazem boas contribuições. Vamos conversar. Estamos abertos para dialogar e receber as contribuições positivas", declarou.

Aliado de Arthur Lira, o senador Ciro Nogueira (PP-PI) é um dos que defendem a votação célere. "Temos que votar", afirmou. A líder do PP no Senado, por outro lado, é cautelosa e lembra que há mais de mil emendas a serem analisadas.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/09/27/conclu-sao-da-tributaria-pode-ficar-para-2025.ghtml>

Um novo fator de riqueza para o Brasil

Apontado como fundamental para a transição energética e alternativa promissora para a descarbonização da economia, o hidrogênio verde (H2V) é considerado uma grande chance para o Brasil se consolidar como polo mundial dessa indústria em ascensão e conseguir crescer de forma sustentável. Em razão da dimensão continental e das particularidades regionais, o país apresenta um enorme potencial para a produção desse gás, gerado a partir de fontes renováveis.

As oportunidades e os desafios para o desenvolvimento desse segmento foram tema do seminário Hidrogênio verde: o combustível do futuro. O evento, realizado pelo Instituto Cultura em Movimento, com apoio de comunicação do Correio Braziliense, tem patrocínio do Banco do Nordeste (BNB), da Caixa Econômica e do governo federal; e apoio da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra).

Desde 2021, foram anunciados 131 projetos de larga escala, com investimentos de US\$ 500 bilhões até 2030. O Nordeste concentra a maioria dos investimentos em hidrogênio verde no Brasil. Líder na produção de energia limpa, a região se destaca com vantagens competitivas para avançar na produção de H2V.

Apesar de ainda estar em fase de regulamentação, o presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Paulo Câmara, afirmou, na abertura, que alguns projetos começam a sair do papel e, apenas no Ceará, memorandos assinados por empresas envolvem investimentos em torno de US\$ 30 bilhões. "Isso mostra claramente que as coisas estão acontecendo e discussões como essa, do hidrogênio verde, são fundamentais para que a próxima década seja de grandes empreendimentos", disse.

Para ele, desenvolvimento econômico e social devem andar juntos com a agenda sustentável. "Não nos interessa avançarmos economicamente sem termos também todo um alicerce social junto. O desenvolvimento sustentável sozinho é capaz de melhorar a economia, melhorar o social, mas ainda falta uma perna, que é justamente o meio ambiente protegido. Esse é o famoso tripé cultuado nas nossas ações", acrescentou.

Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil tem grande potencial para produzir e exportar esse recurso, o que o coloca em

uma posição estratégica nos planos de descarbonização da Europa. Para o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli, apesar de os investimentos externos para as novas fábricas serem bem-vindos, o país não pode continuar apenas como exportador de commodities.

"Eles (os estrangeiros) vêm para cá, vão montar essas plantas (de energia limpa), que são muito importantes, muito bem-vindos.

Mas o nosso desafio é fazer com que essa oportunidade financie um novo ciclo de industrialização do país", enfatizou.

O diretor executivo de Sustentabilidade e Cidadania Digital da Caixa Econômica Federal, Jean Rodrigues Benevides, ressaltou que "é importante considerar que a natureza tem um limite para termos um crescimento sustentável". Segundo ele, isso é algo que tem que mover, orientar, e fazer com que as empresas e as organizações se planejem com base nesse limite.

"Foi isso que orientou a construção da Agenda 2030 de sustentabilidade da Caixa, e ela não poderia não ter uma ambição que conversasse com esses objetivos", afirmou. O objetivo dessa agenda, de acordo com o diretor, é "promover a transição justa do Brasil e a cidadania plena a todos os brasileiros na nova economia de baixo carbono".

O presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e presidente da Fibra, Jamal Jorge Bittar, destacou a relevância da pauta para causas humanitárias: "O hidrogênio verde deve ajudar a combater a pobreza. E não ser apenas mais uma commodity." Para ele, não há sustentabilidade se não houver desenvolvimento social com participação da sociedade. "Não podemos transformar essa revolução em commodities. Se transformarmos isso em exportação, como fazemos com a soja e o milho, vai perder o sentido", emendou.

Também na abertura do evento, o presidente do Correio, Guilherme Machado, avaliou o avanço do uso de H2V no país como parte de uma estratégia para a conservação do meio ambiente, para o combate à desigualdade social e para transformar o Brasil em um modelo de economia sustentável. "São muitas possibilidades e desafios para a implementação e a consolidação do hidrogênio verde no país, mas temos uma realidade plenamente adaptável para concretizar

essa estratégia", avaliou.

Regulação No mês passado, foi sancionada a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que é considerada o marco legal do setor. A regra não só cria mecanismos de incentivo à produção de energia, com redução de **tributos**, como também define leis para emitir certificações.

Em participação no primeiro painel do debate, com o tema Políticas Públicas e os desafios regulatórios para o hidrogênio renovável, o deputado Fernando Monteiro (PP-PE) afirmou que o marco regulatório dará um norte para aqueles que querem investir no país. "Dizendo quem vai transportar, quem vai dar a licença, quem vai dar as condições de produção", disse.

Para Monteiro, no entanto, o marco representa apenas o início de uma série de desafios que o país terá de enfrentar em relação ao hidrogênio verde e ainda criticou os incentivos fiscais.

"O subsídio sai do Orçamento público e nós temos que entender o nosso tamanho. O mal do Brasil é copiar o estrangeiro sem entender o nosso tamanho", disse.

O diretor de Relações Institucionais e Governamentais na Neoenergia, João Paulo Rodrigues, ressaltou que ainda não foram definidos quais serão os incentivos previstos na lei. "Mas, como ele (subsídio) vai se dar, isso ainda não está muito claro, então, que se siga a linha que o legislador criou, de ser, sim, um processo concorrencial e todos terem acesso ao crédito fiscal para que essa nova tecnologia se desenvolva de forma equilibrada no Brasil", sugeriu. (Rafaela Gonçalves, Victor Correia, Fernanda Strickland, Camila Curado, Julia Portela e Eduarda Esposito)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6457/27-09-2024.html?all=1>

Regulação pode reduzir risco de aposta on-line, avaliam especialistas

BERNARDO LIMA bemardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA (Colaborou Daniel Gulino)

Os gastos dos brasileiros com apostas e jogos de azar on-line preocupam o governo, setores empresariais e financeiros, mas a entrada em vigor de novas regras para disciplinar a atividade, que começarão a valer já no próximo mês, ajudarão a sanear e controlar esse mercado, avaliam especialistas e representantes do setor ouvidos pelo GLOBO. A legislação obriga as chamadas bets e cassinos digitais a seguirem normas sobre jogo responsável, publicidade, proteção aos consumidores e combate a crimes financeiros.

Anteontem, um levantamento do Banco Central (BC) mostrou que, somente via Pix, os brasileiros transferiram este ano cerca de R\$ 20 bilhões por mês para plataformas de apostas e cassinos on-line, o primeiro dado oficial a dimensionar o crescimento desse mercado no país. Esses jogos crescem sem controle no país desde que a atividade foi legalizada, em 2018, mas só agora há uma regulamentação. A entrada em vigor das regras permitirá ao governo controlar os sites licenciados e tirar do ar os irregulares, apontam profissionais que conhecem o setor e a experiência de outros países.

O presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), Plínio Lemos, estima que atualmente mais de mil sites ilegais de apostas funcionam no Brasil. Diante do aumento da preocupação com o risco de vício e endividamento das famílias, o governo resolveu antecipar, de janeiro de 2025 para 11 de outubro, o bloqueio dos sites que ainda não pediram as licenças exigidas pela regulamentação mediante o pagamento de taxas. Segundo o Ministério da Fazenda, 113 empresas haviam feito a solicitação até agosto.

-Quando dizemos site ilegal, estamos falando de um site sem nenhuma responsabilidade. Ele abre hoje, começa a receber depósitos, as pessoas começam a apostar e, quando há um volume muito grande de dinheiro no caixa do site, ele simplesmente encerra a operação -diz Lemos.

As apostas on-line foram legalizadas no Brasil em 2018, durante o governo de Michel **Temer**, mas ainda aguardavam regulamentação, o que só ocorreu neste ano.

FUX CONVOCA AUDIÊNCIA

O advogado especializado no setor, Luiz Felipe Maia, acredita que a regulamentação trará avanços para o mercado, que hoje ainda conta com muitas empresas irregulares: - A regulamentação interessa às empresas sérias, que querem operar de maneira adequada e à sociedade, porque haverá mais proteção, controle e arrecadação de **impostos**. A quem não interessa? Não interessa a quem está ganhando muito dinheiro com operações ilegais, sem pagar **impostos**, ao crime organizado e àqueles que lavam dinheiro por meio dessas empresas.

Para facilitar a identificação de plataformas legítimas e o controle de fraudes, o Ministério da Fazenda determinou que os sites de apostas regularizados serão hospedados no novo domínio "bet.br" a partir de 1- de janeiro de 2025.

- O cidadão saberá o seguinte: a plataforma bet.br é legalizada e tem licença do governo. Isso vai facilitar muito a vida do apostador, separando o joio do trigo. Tudo muda. Será um mercado completamente diferente desse setor selvagem com empresas ilegais - afirma o presidente do Instituto Jogo Legal (IJL), Magno José.

O maior risco está entre os mais pobres. Os dados do BC mostram que, em agosto, cinco milhões de pessoas de famílias beneficiárias do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões para empresas de apostas via Pix. O levantamento acendeu um sinal amarelo no governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mencionou a necessidade de "tratar jogos como cigarros". O secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, disse que as plataformas autorizadas serão obrigadas a compartilhar informações por CPF com o governo para o controle do endividamento.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspenda a lei que regulamenta a atividade no país. O relator do caso, ministro Luiz Fux, convocou ontem audiência pública para discutir os impactos econômicos, sociais e de saúde das apostas esportivas e jogos on-line, marcada para 11 de novembro.

No governo, técnicos dos ministérios da Fazenda, da

Saúde e da Justiça discutem medidas para conter o vício em jogos on-line e educar os usuários. A ideia, que já é discutida há cerca de um ano no governo, é realizar uma campanha de conscientização sobre a ludopatia (vício em jogo) tão forte quanto foi a campanha contra o cigarro. A intenção é unir governo e congressistas, que já falam em aprimoramento das regras para combater o uso abusivo de jogos.

Diretor da Empresa Brasileira de Apoio à Compulsividade (Ebac), Ricardo Magri acredita que a regulamentação pode garantir um ambiente mais seguro para os apostadores: -A regulamentação estabelece regras para proteger consumidores, garante supervisão e transparência, além de poder destinar recursos para tratamento e prevenção. Permite o monitoramento de comportamentos de risco e promove práticas de jogo responsável, criando um ambiente mais seguro e controlado para os apostadores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Aventuras fiscais: o IPTU e a Cosip no país da reforma - OPINIÃO JURÍDICA

Pilar Coutinho é colaboradora do blog Fio da Meada, consultora tributária na HerreveldvandenHurk & Partners, professora e pesquisadora na PUC-MG, onde fez doutorado com período de investigação na ULisboa

"Quem é você?", perguntou a Lagarta.

"Eu... Eu mal sei, senhor", disse Alice. "Mudei tantas vezes desde esta manhã que já não sei mais!" - Alice no País das Maravilhas.

Dizem que o diabo está nos detalhes, mas talvez a graça também resida neles. E em meio à mais extensa mudança do sistema tributário nacional, o que quase passou despercebido foram algumas alterações que podem realizar antigos desejos dos municípios.

Assim como Alice, que, ao cair pela toca do coelho, descobriu um mundo cheio de peculiaridades, os municípios agora encontram novas regras a explorar. Entre elas, destacam-se duas: a possibilidade de o Poder Executivo atualizar a base de cálculo do IPTU; e a transformação da Cosip, a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, que alguns já começaram a chamar de "Supercosip".

O cenário concreto dos municípios após a reforma ainda é nebuloso. Eles perdem uma autonomia tributária, muitas vezes mal exercida em relação ao ISSQN, e ganham um papel incerto quanto ao IBS.

Teremos um longo período de transição que durará até 2077. E quando isso terminar, muitos de nós, agora ocupados com a reforma, já teremos passado dessa para melhor. Até lá, boa parte da arrecadação do IBS será distribuída com base na receita média dos municípios, conforme os anos-base de 2019 a 2026, de acordo com o artigo 127, parágrafo 2º, I do PLP nº 108/2024. Ou seja, antes que se consolide a tributação no país de destino, haverá um longo período em que a arrecadação do presente influenciará na arrecadação futura.

Obviamente, com um período de transição tão longo, não seria surpresa se as cartas mudassem de novo no meio do jogo. E quem sabe um novo fenômeno possa surgir, como a fusão ou extinção de municípios para viabilizar estruturas administrativas mais enxutas e receitas suficientes.

Talvez.

Enquanto isso, o IPTU e a Cosip ganham novos contornos que podem ser explorados para mitigar o cenário de incerteza quanto às receitas municipais derivadas do consumo durante a transição.

Nesse sentido, a revisão da relação do IPTU traz à tona uma antiga discussão doutrinária e judicial, que teve seu desfecho na emenda constitucional da reforma. Durante anos, discutiu-se se a planta genérica de valores poderia ser atualizada por meio de decreto, dando origem à Súmula 160 do STJ, segundo a qual o município estaria restrito aos limites de um índice oficial de correção monetária para atualização do IPTU.

Com a prerrogativa de ser o último a errar, o Judiciário engessou algo que é dinâmico por natureza: o valor dos imóveis. Com a reforma, passa a ser dada ao Poder Executivo a atribuição de, dentro dos parâmetros definidos em lei, atualizar a base de cálculo dos imóveis. Parece simples, mas cadastrar imóveis, atribuir-lhes proprietários, indicar suas características passíveis de avaliação para fins de definição de valor, em um país onde a regulação imobiliária ainda é muito deficitária e enfrenta imensa resistência social, não é tarefa fácil, tampouco barata.

No campo da Cosip, também se observa um desfecho para uma velha contenda com a reforma do texto constitucional. Sendo a iluminação um serviço público coletivo, de potencial benefício para todos, poderia ser financiado pelas receitas oriundas de ITBI, IPTU e ISSQN, encaixando-se ainda em eventual majoração da arrecadação desses **tributos**, seja pelo aumento da eficiência fiscalizatória, ajustes na base de cálculo ou elevação de alíquotas.

Entretanto, muitos municípios, em tempos passados, tentaram financiar a iluminação pública por meio de taxas, mas logo se depararam com a inconstitucionalidade dessa prática. A solução? Uma contribuição de iluminação pública, a Cosip, um tributo saído da cartola das necessidades e, portanto, impossível de ser enquadrado nas típicas figuras tributárias. Trata-se de um tributo mais palatável. Tem um nome mais agradável: contribuição. A entidade responsável pela arrecadação também é mais discreta: a concessionária de iluminação pública.

Mas a Cosip também enfrentou desafios, especialmente quando os municípios perceberam que auditar a arrecadação realizada pelas concessionárias de iluminação pública era complicadíssimo. E em relação à receita obtida, sendo esta superavitária, o engessamento dessa receita - vinculada exclusivamente à iluminação pública - fez com que o feitiço virasse contra o feiticeiro. O que mais fazer com o recurso?

Nada, afinal, era recurso carimbado. Agora, a Supercosip se apresenta como uma resposta ao engessamento dessa receita, permitindo que sua arrecadação seja destinada a funções novas e interessantes, como o monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. E quem sabe, com esse recurso extra, algo inesperado possa florescer: a qualidade - tão deficitária no Brasil - dos espaços públicos.

Entre a aprovação da emenda constitucional e a discussão dos PLs, estudar a **reforma tributária** e desenhar cenários concretos têm sido um pulo cheio de possibilidades, mas também de vazios. O destino da reforma, sua natureza real e profunda, revelar-se-á ao longo dessa queda ou salto no futuro.

E caberá aos municípios, diante de tantas incertezas, serem as rainhas das cartas que lhes foram atribuídas.

Pilar Coutinho é colaboradora do blog Fio da Meada, consultora tributária na HerreveldvandenHurk Partners, professora e pesquisadora na PUC-MG, onde fez doutorado com período de investigação na ULisboa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

IoT cresce, mas custo limita popularização

Ricardo Ivanov Para o Valor, de São Paulo

A velocidade de download em 5G no Brasil é uma das maiores do mundo, à frente de países como Estados Unidos e Japão. Essa estrada liberada, rápida e de baixa latência é essencial para o pleno funcionamento da internet das coisas (IoT), termo que designa qualquer dispositivo, máquina ou equipamento que possa ser integrado e trocar dados de forma instantânea pela internet com uso de sensores e softwares, sem a intervenção humana. Mas a sigla só se transforma no sonho futurista se a infraestrutura de 5G estiver de fato implantada e funcionando plenamente.

"O 5G, apesar de caminhar bem no Brasil, ainda está em fase primária; está descobrindo suas vocações", diz Alexandre Gomes, diretor-executivo da Embratel.

"Isso não significa que estamos engatinhando e, sim, explorando oportunidades dentro de um processo de maturidade, evolutivo, que não será concluído em um curto prazo", completa.

A IoT já apresenta resultados nas redes privadas LTE/5G, que permitem a conexão de múltiplos dispositivos em uma área circunscrita, como fábricas com alto nível de automação. Até junho, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) havia concedido 66 licenças para criação dessas redes em empresas como Nestlé, Vale, Petrobras, John Deere Brasil, Enel e Gerdau.

A IoT também pode ser usada com as redes 4G, prática que já é comum na chamada Indústria 4.0.

A Huawei, em parceria com a Vivo, instalou o 5G em seu Centro de Distribuição e Logística em Sorocaba (SP). "Com a rede implantada e abertura de possibilidade para a IoT foi possível conectar veículos autônomos autoguiados, empilhadeiras autônomas e câmeras com inteligência artificial, resultando em um aumento de 30% [em um ano] na eficiência operacional do CD e uma redução do ciclo de produção de 17 para 9 horas", afirma Gabriel Domingos, diretor de marketing B2B da operadora.

Especialistas concordam que agora é preciso implantar uma infraestrutura dedicada e baixar o custo da tecnologia para que ela avance como em outros países, preenchendo a lacuna de conectividade 5G para uso da IoT no Brasil. "Além de políticas regulatórias que incentivem o uso da IoT, é preciso

simplificar o licenciamento de dispositivos e reduzir **impostos** sobre chips dessa tecnologia", avalia Marina Martinelli, pesquisadora associada do Smartness 2030 da Unicamp, laboratório de 5G/6G co-financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e pela Ericsson.

Ainda segundo a pesquisadora, faltam investimento em capacitação e desenvolvimento de talentos, especificamente na área de desenvolvimento de chips em nível nacional. "Sem isso, não há mão de obra qualificada para operar máquinas, nem pessoal qualificado para produzir patentes e realizar P D [pesquisa e desenvolvimento]", afirma.

No setor público, há projetos em aceleração, como no Recife, que tem um grande programa de transformação digital. A cidade recebeu em abril o Selo Cidade Inteligente no Connected Smart Cities GovTech, um dos maiores encontros de soluções digitais voltados à administração pública. "Lançamos um ciclo de inovação aberta, o EITA!

Recife, em 2021, utilizando o marco das startups na cidade. Foi algo pioneiro", diz Breno Alencar, diretor de inovação aberta e governança de dados na Empresa Municipal de Informática (Emprel) da capital pernambucana sobre o aporte de R\$ 1,6 milhão à iniciativa, com projeção para R\$ 8 milhões por quatro anos de fornecimento.

Entre os projetos estão um que acopla sensores na barra de direção de motoristas de aplicativo que percorrem mais de 500 km por dia. Com visão computacional e inteligência artificial, os sensores "sentem" a trepidação das ruas, permitindo a monitoração da qualidade das vias em tempo real. "Com um clique enviamos a ordem de serviço para fazer o reparo", diz Alencar.

Outros projetos estão em fase de experimentação, como o de expansão da telegestão de postes inteligentes que indicam se a luz está acesa, a qualidade da iluminação e se há perda de energia.

Dentre os segmentos que vislumbram um grande potencial com a IoT está o agronegócio. As aplicações vão de gestão de equipes e controle em tempo real de plantio, pulverização e colheita a estações meteorológicas conectadas e sensores e drones para detecção de pragas, incêndios e roubos, possibilitando tomadas de decisão mais rápidas. "Os produtores já perceberam o valor da tecnologia em suas atividades",

afirma Renato Bueno, diretor de redes móveis para América Latina da Nokia e cofundador da ConectarAGRO, associação para a promoção da conectividade no campo.

Entretanto, o custo, até dez vezes superior ao da instalação do 4G, ainda limita a penetração do 5G no agro. "Monitorar estoque e máquinas agrícolas conectadas pode ser feito de forma eficiente com redes 4G ou que usam essa tecnologia", diz Krosli Andrade, engenheiro especialista em planejamento e projeto de rede core 4G e 5G da Algar Tech. Assim, não há estímulo para o alto custo do 5G.

Enquanto isso, outras iniciativas com o uso de IoT estão em fase de protótipos, com a que a empresa Igma está realizando com o Hospital Sírio-Libanês. "A ideia é implantar a conexão com ambulâncias, equipando-as com sensores que transmitam informações vitais em tempo real para o hospital, que já teria a equipe médica pronta para agir assim que o paciente chegasse", explica Rubem Andrade, diretor de negócios da Igma.

O custo de investimento em P D, implementação, preço de sensores e busca de soluções de fabricação mais acessíveis no Brasil são o impedimento para que mais projetos surjam em diferentes segmentos. "O investimento para um projeto de IoT pode variar muito, mas um de médio porte para validação, produção em escala e conformidade com reguladores pode ficar na faixa do milhão [de reais]", afirma Andrade.

Projeto monitora qualidade das ruas do Recife com sensor instalado em carros de app

30% de ganho na Huawei em eficiência

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

Transparência na segurança pública (Editorial)

Considerando-se apenas os oito primeiros meses de 2024, a arrecadação de **tributos** atingiu R\$ 1,73 trilhão, seu recorde histórico. O governo federal amealhou com **impostos**, contribuições e demais receitas R\$ 201,6 bilhões em agosto deste ano, segundo a **Receita Federal**, o maior montante da série histórica para o mês. Tudo isso só foi possível graças ao trabalho da sociedade, que abre mão de parte de sua renda para financiar as atividades do poder público.

Esse aporte de recursos da coletividade implica a legitimidade para cobrar do poder público melhores serviços em diversos setores, como educação, saúde, saneamento, infraestrutura, transporte e segurança pública. Por falar neste último item, o Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciou, na terça-feira, uma medida que visa aumentar a transparência da aplicação das verbas do órgão, permitindo uma maior fiscalização.

Tratase da primeira etapa do projeto Segurança Transparente, que vai permitir a consulta sobre repasses efetuados para o segmento. A ideia é garantir o acesso a dados sobre investimentos do Fundo Nacional de Segurança Pública, facilitando o controle mais efetivo por parte dos cidadãos e dos demais órgãos da estrutura governamental. Segundo a diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli, a informação será disseminada de forma ampla e republicana: "O projeto vai colocar na palma da mão de todo e qualquer cidadão brasileiro tudo o que o fundo faz", disse. "Lá, vocês vão ter todas as informações de transferências fundo a fundo: quanto foi transferido para o estado, quando que ele tem em saldo em conta, quanto o fundo nacional de segurança pública já liquidou". Ela ressaltou que, no portal de informações, será possível, inclusive, saber quanto foi gasto com compras ou direcionado para convênios diversos.

Otimizar o orçamento da segurança para obter melhores resultados se coaduna perfeitamente com uma das questões que mais preocupam os brasileiros. Para enfrentar a criminalidade, urge obter o melhor custo-benefício nesse tipo de gasto público.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11218>

Salários têm reajuste acima da inflação

Mais de 80% das convenções coletivas de trabalho negociadas até agosto deste ano renderam reajuste salarial acima da **inflação** para os trabalhadores, segundo o relatório trimestral de **inflação** apresentado pelo Banco Central ontem. "Os reajustes salariais nominais coletados das Convenções Coletivas de Trabalho ficaram, em média, em 4,6% em agosto, relativamente estáveis em patamar próximo a 5% desde a segunda metade do ano passado", diz a autoridade monetária. Segundo o boletim, a massa salarial também vem crescendo e o desemprego se mantém em baixa, com índice de 6,9% no último trimestre terminado em julho, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e próximo da mínima histórica, de 6,7%, registrada em alguns meses de 2014.

A atividade econômica aquecida, com mercado de trabalho em plena atividade positiva, pressiona a **inflação**, mas eleva o Produto Interno Bruto (**PIB**), cuja projeção de alta subiu de 2,3% para 3,2% neste ano. Os dados das negociações salariais estão em consonância com o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O BC diz que os salários reais de admissão cresceram pelo quinto trimestre consecutivo e aceleraram para 0,7% no trimestre terminado em julho, ante 0,4% no encerrado em abril, de acordo com informações do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Na comparação anual, houve aumento real de 1,9%. "Convenções coletivas de trabalho rodando próximo de 5%. Salário de admissão retirado do Caged e um rendimento médio real do trabalho retirado da Pnad mostrando que já voltou para a tendência pré-pandemia", disse Diogo Abry Guillen, diretor de política econômica do BC. "Você vê um mercado de trabalho dinâmico, de modo geral", afirmou. Segundo os registros do Novo Caged, foram gerados em média 140 mil empregos por mês no trimestre encerrado em julho, ante cerca de 200 mil no trimestre anterior.

O resultado foi influenciado pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, onde o saldo de empregos foi negativo em maio e em junho, diz o BC. Mesmo com esse pequeno recuo, a geração líquida de empregos número que considera contratações e demissões - atingiu 1,5 milhão no acumulado do ano até julho, "superando o observado no mesmo período do ano passado e apenas cem mil postos abaixo do verificado entre janeiro e julho de 2022", segundo o relatório. Em

2022, o país fechou o ano com a geração líquida de 2 milhões de empregos.

"A expansão tem sido generalizada entre as atividades, com destaque para a indústria de transformação - cuja produção também tem crescido em 2024 - e para o segmento de atividades administrativas e serviços complementares, associado à prestação de serviços a empresas", afirma a instituição. "A participação dos desligamentos voluntários no total de desligamentos segue em nível historicamente elevado, 36,5%, também sinalizando o aquecimento do mercado de trabalho", diz ainda o estudo.

Site: <https://digital.em.com.br>

Mais de 80% das negociações salariais superam a inflação

Mais de 80% das convenções coletivas de trabalho negociadas até agosto deste ano renderam reajuste salarial acima da **inflação** para os trabalhadores, segundo o relatório trimestral de **inflação** apresentado pelo Banco Central nessa quinta-feira.

"Os reajustes salariais nominais coletados das Convenções Coletivas de Trabalho ficaram, em média, em 4,6% em agosto, relativamente estáveis em patamar próximo a 5% desde a segunda metade do ano passado", diz a autoridade monetária.

Segundo o boletim, a massa salarial também vem crescendo e o desemprego se mantém em baixa, com índice de 6,9% no último trimestre terminado em julho, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e próximo da mínima histórica, de 6,7%, registrada em alguns meses de 2014.

A atividade econômica aquecida, com mercado de trabalho em plena atividade positiva, pressiona a **inflação**, mas eleva o Produto Interno Bruto (**PIB**), cuja projeção de alta subiu de 2,3% para 3,2% neste ano. Os dados das negociações salariais estão em consonância com o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O BC diz que os salários reais de admissão cresceram pelo quinto trimestre consecutivo e aceleraram para 0,7% no trimestre terminado em julho, ante 0,4% no encerrado em abril, de acordo com informações do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego. Na comparação anual, houve aumento real de 1,9%.

"Convenções coletivas de trabalho rodando próximo de 5%. Salário de admissão retirado do Caged e um rendimento médio real do trabalho retirado da Pnad mostrando que já voltou para a tendência pré-pandemia", disse Diogo Abry Guillen, diretor de política econômica do BC. "Você vê um mercado de trabalho dinâmico, de modo geral", afirmou.

Segundo os registros do Novo Caged, foram gerados em média 140 mil empregos por mês no trimestre encerrado em julho, ante cerca de 200 mil no trimestre anterior.

O resultado foi influenciado pelas enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, onde o saldo de empregos foi negativo em maio e em junho, diz o BC.

Expansão generalizada

Mesmo com esse pequeno recuo, a geração líquida de empregos - número que considera contratações e demissões - atingiu 1,5 milhão no acumulado do ano até julho, "superando o observado no mesmo período do ano passado e apenas cem mil postos abaixo do verificado entre janeiro e julho de 2022", segundo o relatório.

Em 2022, o país fechou o ano com a geração líquida de 2 milhões de empregos. "A expansão tem sido generalizada entre as atividades, com destaque para a indústria de transformação - cuja produção também tem crescido em 2024 - e para o segmento de atividades administrativas e serviços complementares, associado à prestação de serviços a empresas", afirma a instituição.

O BC trouxe também um complementação do relatório, com projeções futuras para o mercado de trabalho que mostram "recuo surpreendente" do desemprego, diminuição da ociosidade com melhor subutilização da força de trabalho, crescimento de empregos formais e maior facilidade de encontrar boas oportunidades de emprego, com elevação da taxa de rotatividade (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=18104>

Gasto com bets soma mais que o dobro destinado a pesquisa e inovação, calcula economista - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O gasto brasileiro em apostas esportivas online e jogos de azar já representa mais que o dobro dos recursos aplicados em PD I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) em todo o País. Dados do Banco Central indicam que, em um ano, as bets devem movimentar R\$ 240 bilhões - considerando a média de transferências mensais em 2024. Enquanto os investimentos em PD I ficarão na faixa de R\$ 110 bilhões, considerando a média histórica correspondente a 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Os cálculos são do economista Marcos Troyjo, ex-presidente do Banco dos Brics e criador do BRICLab na Universidade de Columbia, e foram compartilhados com a Coluna. A soma em PD I inclui verbas de governo, estatais, autarquias, universidades e empresas privadas.

I ATRASO. "Hoje a 8.^a maior economia do mundo - o Brasil - direciona mais do dobro de recursos a "bets" do que à construção do futuro. Pesquisa, desenvolvimento e inovação são antessala de aumentos de produtividade, que são antessala de aumentos de renda, que são antessala da prosperidade", ressalta Troyjo.

I IMPACTO. As queimadas pelo País neste ano já causam prejuízo econômico de R\$ 1,3 bilhão, e o número de pessoas atingidas diretamente pelos incêndios florestais passou de 15 milhões. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) atualizou os dados ontem e considera 573 municípios que decretaram situação de emergência por causa do fogo.

I ATÍPICO. A CNM pressiona pela aprovação de uma mudança constitucional para instituir o Conselho Nacional de Mudança Climática, a Autoridade Climática Nacional e o Fundo Nacional de Mudança Climática.

I TENHA... Integrantes do PSDB entraram no "modo desânimo".

O sentimento manifestado por tucanos ouvidos pela Coluna é de que o desempenho de José Luiz Datena

(PSDB) nas pesquisas de intenção de voto, muito abaixo do esperado e "sem sinal de melhora", pode atrapalhar também o movimento de "puxar votos" para as vagas de vereador.

I ...FÉ. No início da campanha, as previsões internas do PSDB indicavam a eleição de pelo menos dois vereadores. Agora, revelaram interlocutores, a visão é que, "com sorte", conseguirão eleger Zuzinha, como é conhecido o candidato Mario Covas Neto.

I SUSPIRO. A reta final da campanha municipal e as agendas internacionais do presidente Lula deram uma trégua na pressão dos candidatos à presidência da Câmara para a formalização do apoio do PT. A ideia dos petistas é estender essa "pausa" e só bater o martelo em janeiro.

I ATRASOU. Candidato à prefeitura de São José do Rio Preto, no interior paulista, o bolsonarista Fábio Candido (PL) acumulou uma dívida de R\$ 13.129,27 em débitos de IPTU, principal imposto municipal. "Devedor perante a Fazenda Municipal, referente a débitos administrados junto ao Cadastro Municipal Imobiliário", diz o documento obtido pela Coluna no dia 24.

I NADA CONSTA. Após a publicação da matéria, Candido informou que os valores foram pagos e enviou à Coluna um documento do dia 25, mostrando não ter mais os débitos imobiliários.

PRONTO, FALE!!

Celso Vilardi Criminalista e professor da FGV

"A ordem de prisão de Gustavo Lima, contra o posicionamento do MP, é tão ilegal que, apesar de corrigida, põe em dúvida a investigação e desacredita a Justiça."

CLICK

Flávio Roscoe Presidente da Fiemg

Com o vice-governador de Minas, Mateus Simões, na Climate Week NY, onde defendeu um pacto pela

extinção de energias de fontes não renováveis até 2035.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministro do STF marca para novembro audiência para debater legislação

LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou audiência pública para 11 de novembro para discutir a lei que regulamenta as apostas esportivas online. A audiência será realizada no âmbito de ação proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que pede a declaração de inconstitucionalidade da lei das bets, sancionada no fim do ano passado.

"Diante da complexidade e da natureza interdisciplinar do tema, que envolve aspectos de neurociência, econômicos e sociais, considera-se valiosa e necessária a realização de audiência pública na presente ação direta, de sorte que esta Corte possa ser municiada de informações imprescindíveis para o deslinde do feito", escreveu Fux, em seu despacho, publicado ontem.

A CNC pediu a suspensão imediata da lei sob o argumento de que "está causando graves impactos sociais e econômicos".

Fux, contudo, decidiu não analisar o pedido de liminar e remeteu o caso para julgamento no plenário. Ele abriu prazo de cinco dias para autoridades prestarem informações. Depois a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República terão cinco dias para se manifestar.

Na ação ao STF, a CNC argumenta que "a disseminação desenfreada das apostas online estaria criando um ciclo de dependência, principalmente entre os mais vulneráveis, o que tem levado à redução do consumo de bens essenciais e afetado diretamente o comércio".

A entidade divulgou na sexta-feira passada um estudo mostrando que mais de 1,3 milhão de brasileiros teriam ficado inadimplentes no primeiro semestre de 2024 devido a apostas em cassinos online. A entidade afirma que os apostadores têm usado "sem controle" cartão de crédito nessas plataformas de jogos, o que contribui para um aumento das contas em atraso.

No ano passado, mais de 300 empresas de bets movimentaram entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em apostas no Brasil, quase 1% do Produto Interno

Bruto (PIB), segundo projeções da Strategy Brasil, consultoria estratégica da PwC. O setor das bets, portanto, gira mais capital por ano do que grandes empresas, como Santander (R\$ 74 bilhões), Assaí (R\$ 72,8 bilhões), Gerdau (R\$ 68,9 bilhões) e Magazine Luiza (R\$ 63,1 bilhões).

Cenário Decisão do ministro Luiz Fux é resultado de ação proposta pela CNC para revogar a lei

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Exceção fiscal

THAÍS BARCELLOS *thais.barcellos@bsb.og1obo.com.br*
BRASILIA

O aumento dos gastos públicos e dos juros básicos acenderam um sinal de alerta sobre um crescimento mais rápido da dívida pública. Para especialistas, chama a atenção a expansão de iniciativas bancadas com recursos fora do cálculo do teto de despesas, como é o caso do combate aos incêndios pelo país, dos precatórios (dívidas judiciais) e do crédito subsidiado.

Mesmo que o governo cumpra as metas do arcabouço fiscal, algo que já era objeto de descrença, o entendimento é que pode não ser suficiente para pôr a dívida pública em trajetória sustentável nos próximos anos, ainda mais com juros maiores. Na semana passada, o Banco Central (BC) elevou a taxa Selic de 10,5% ao ano para 10,75%.

A dívida bruta brasileira está em 78,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**), segundo o último dado disponível, de julho, e só perde para o período da pandemia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a dívida do Brasil este ano será a quarta maior entre 36 países emergentes.

O endividamento deve continuar aumentando até 2032, quando encostaria em 90% do **PIB**, conforme as expectativas do mercado, compiladas pelo Banco Central. O próprio governo aumentou suas projeções na proposta orçamentária do ano que vem. Embora continue estimando que o pico ocorrerá em 2027, mudou o patamar de 79,7% para 81,8% do **PIB**, caindo nos anos seguintes. Na prática, quanto maior a dívida, cresce o risco de calote e, assim, maior o custo em juros para mantê-la. O refinanciamento da dívida é o principal gasto da União, superando a Previdência.

Em entrevista ao Valor, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reconheceu a piora nos indicadores da dívida pública. Deve fechar este ano entre 77,5% e 77,8% do **PIB**, segundo o secretário. O dado mais recente do Tesouro indicava 76,6% do **PIB** em 2024. "A alta do **PIB** ajuda, mas, por outro lado, tem um novo ciclo de aperto na política monetária que tem algum impacto, já que parte importante da dívida é corrigida a taxa flutuante", disse Ceron.

COMPROMISSO FRACO

Essa piora na dívida fez mercado e analistas das contas públicas estranharem a decisão do governo de

liberar, na semana passada, R\$ 1,7 bilhão do Orçamento, mesmo com o crescimento de R\$ 11,8 bilhões da previsão de despesas entre julho e setembro. Deste valor, R\$ 11,7 bilhões foram retirados da contabilidade da meta com autorização do Congresso e do Judiciário.

São créditos extraordinários para o enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul e no combate aos incêndios. Se fossem considerados como despesas, a projeção para as contas públicas seria um rombo de R\$ 68,8 bilhões, e não de R\$ 28,3 bilhões. A meta de 2024 é zero, podendo chegar a um déficit de R\$ 28,8 bilhões.

Parte do pagamento de precatórios também está fora do limite de gastos até o fim de 2026 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Outro ponto contestado pelo mercado é que o governo vem considerando a margem inferior da meta para tomar ações de limitação orçamentária, o que reduz a confiança do instrumento como âncora fiscal.

A equipe econômica diz que usa o piso como referência, com base em regras fiscais e na Constituição. Em relação aos créditos extraordinários, um integrante da Fazenda diz que uma parcela relevante deve ser cancelada no fim do ano, como a verba do leilão de arroz, que foi suspenso. O valor era de R\$ 7,5 bilhões.

Para a diretora de Macroeconomia do UBS Wealth Management no Brasil, Solange Srour, a mensagem que fica é que o governo não vai perder a oportunidade de gastar tudo que for possível. Ela lembra que o ciclo de alta de juros do BC considera uma desaceleração dos gastos públicos.

Mas ela avalia que os riscos têm aumentado diante de novos gastos fora do teto, como o Pé de Meia, programa de incentivo à permanência de jovens nas escolas. Para Solange, a sustentabilidade da dívida entrou no radar do mercado, mas ainda não causa grandes comoções devido aos bons ventos trazidos pelo início do corte de juros nos EUA.

PROJEÇÕES SOBEM

O economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto acrescenta que o governo tem turbinado as despesas financeiras com aportes em fundos para dar garantias em concessões de crédito e fortalecer bancos públicos: -Não afeta o resultado primário, não é restrito

ao limite de despesa, mas afeta a dívida pública. O governo pode cumprir a meta, mas a dívida vai crescer substancialmente, quase 21 pontos em oito anos.

O economista já elevou as projeções para a dívida nos próximos anos. Só no terceiro mandato de Lula, Sbardelotto calcula um avanço de 12,8 pontos percentuais da dívida bruta, que terminaria 2026 em 84,5%. Antes, esperava 82,7%. Para 2030, a projeção passou de 87,6% para 92,7%.

Segundo o economista da XP, a trajetória não é explosiva, mas preocupa, o que aumenta a percepção de risco fiscal do país. Como resultado, os investidores cobram juros maiores para financiar a dívida, o que prejudica a economia.

O economista do Santander Brasil, Ítalo Franca, afirma que as dúvidas fiscais e sobre a alta de juros colocaram a trajetória da dívida no radar do mercado.

-Eu acho que ainda é cedo para dizer que a dívida não vai convergir lá na frente, mas requer cautela. No nosso cenário, é uma convergência lenta, perto de 2033.

DESPESAS DO GOVERNO QUE FORAM RETIRADAS DO TETO DE DESPESAS

Créditos extraordinários

A abertura de crédito serve para fazer frente a gastos urgentes e imprevisíveis e não entra no limite de despesas. A maior parte do valor liberado neste ano, de R\$ 40,5 bilhões, está relacionada às medidas para o enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul e ao combate a queimadas no país.

Precatórios

Decisão do Supremo Tribunal Federal do ano passado derrubou medida aprovada no governo Bolsonaro e autorizou o pagamento de precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais) sem que os valores sejam contabilizadas no cálculo da meta fiscal até 2026.

Foram R\$ 30.1 bilhões neste ano e estão previstos mais R\$ 44.1 bilhões em 2025.

Pé de meia

Outra despesa que ficou fora do cálculo da meta fiscal é o programa de incentivo à permanência de jovens na escola. A iniciativa, que prevê a criação de uma poupança para o aluno que concluir o ensino médio, é financiado por um fundo, usando recursos que foram aportados em outros fundos no passado.

Fundos

O governo também tem feito aportes em fundos que subsidiam a concessão de crédito. Um exemplo é Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), usado para possibilitar o socorro às empresas aéreas. Houve ainda destinação de R\$ 15 bilhões do Fundo Social para financiamento de empresas no âmbito do combate à calamidade provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

BC sobe para 3,2% projeção do PIB e vê inflação maior

ANA FLÁVIA PILAR ana.costa@oglobo.com.br SAO PAULO

O Banco Central divulgou ontem seu relatório trimestral de **inflação**, revisando para cima a projeção para o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, de 2,3% para 3,2%. A estimativa para a **inflação** também subiu, para 4,3% em 2024, aproximando-se do teto da meta, de 4,5%. O alvo fixado é de 3%, podendo oscilar de 1,5% a 4,5%.

Neste mês, o Ministério da Fazenda já havia subido sua previsão para o **PIB** deste ano de 2,5% para 3,2%.

A autoridade monetária explica que o número foi revisto diante de um desempenho acima do esperado no segundo trimestre, quando a economia cresceu 1,4%, contra 0,9% das projeções. Há, no entanto, expectativa de desaceleração no segundo semestre de 2024 e durante 2025.

De acordo com o diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guillen, o aumento na estimativa para o **PIB** se deve ao bom desempenho da indústria e dos serviços, assim como ao consumo e ao fortalecimento dos investimentos.

EFEITO DA SECA NA **INFLAÇÃO**

Em relação à **inflação**, o relatório destacou uma queda acentuada nos preços da alimentação no domicílio no trimestre encerrado em agosto, influenciado principalmente pelos alimentos in natura. Entretanto, a taxa acumulada em 12 meses para essa categoria avançou para 4,60%.

O BC cita como fatores que motivaram a revisão a possível restrição de oferta de produtos devido ao clima seco e o encarecimento de bens industriais, com a depreciação cambial.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, diz que, apesar de o IPCA-15 de setembro, divulgado na quarta-feira pelo IBGE, ter vindo bem abaixo da estimativa do mercado, os dados não contrariam a tese de que a economia se encontra aquecida. Segundo o presidente do BC, o mercado de trabalho ainda se encontra apertado, com crescimento econômico acima do esperado. E ainda há o impacto da seca nos preços dos alimentos: - O que a gente

vem dizendo é que o mercado de trabalho está muito apertado, o crescimento teve uma revisão muito grande para cima, ainda que com grande concentração no segundo trimestre. As expectativas de **inflação**, que vinham piorando, melhoraram um pouco e depois, na ponta, voltaram a piorar um pouco.

Campos Neto afirmou que o Comitê de Política Monetária (Copom), que subiu a taxa básica de juros de 10,50% ao ano para 10,75% na sua última reunião, na semana passada, não considerou aumentar a taxa em 0,50 ponto percentual. Segundo o presidente do BC, o comitê optou por manter o ciclo de ajustes em aberto, à espera dos próximos indicadores econômicos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo vê dívida bruta mais perto de 78% do PIB em 2024

Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta De Brasília

O Ministério da Fazenda projeta uma piora na curva da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) a despeito das novas projeções de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**), antecipou ao Valor o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Segundo ele, a equipe técnica do Tesouro está fechando os detalhes, mas a dívida bruta em relação ao **PIB** deve fechar este ano em cerca de 77,7% ou 77,8% do **PIB**. O dado mais recente do Tesouro indicava para um fechamento em 76,6% do **PIB** em 2024.

"O **PIB** ajuda, mas tem um novo ciclo da política monetária de aperto que tem algum impacto, já que parte importante da dívida é corrigida a taxa flutuante", avaliou Ceron.

O cenário de estabilização da curva permanece em 2028, mas os dados atualizados devem variar para algo entre 81% do **PIB** e 82% do **PIB**, segundo o secretário, que também mencionou a hipótese de fechamento em 81,5% do **PIB** em 2028 - a projeção mais recente indicava para estabilização em 2028 em 79,6% do **PIB**.

"O ideal seria estabilizar abaixo de 80% do **PIB**, vamos ver se a gente consegue, mas olhando a projeção hoje, com o que existe, estamos estimando esse patamar", avaliou.

Rebatendo as críticas sobre um suposto afrouxamento das contas públicas com a reversão do contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões em despesas, o secretário explicou que não se tratou de uma decisão discricionária do governo. Foi o cumprimento de uma regra prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina essa medida se houver receitas suficientes para cumprir a meta fiscal.

Disse também que os R\$ 40 bilhões de créditos extraordinários (para ajudar ao Rio Grande do Sul pelas enchentes, por exemplo) hoje previstos no Orçamento não serão totalmente utilizados, e que o gasto efetivo deve ser da ordem de R\$ 25 bilhões.

Sobre o auxílio-gás, Ceron contou que houve alerta por parte da área econômica que a medida poderia

gerar ruído, por se tratar de uma despesa que transitaria fora do Orçamento. A medida, anunciada pelo ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) em agosto, está sendo discutida.

Mas, no momento, é "nada", dado que se trata de um projeto de lei ainda não aprovado.

Sobre a perspectiva de médio prazo, ele reafirmou que o governo está comprometido em manter o arcabouço fiscal, cumprir as metas e a promover ajustes nas despesas que as tornem sustentáveis diante da nova regra fiscal.

A seguir os principais trechos da entrevista.

Descontingenciamento no bimestral

Há um certo desconhecimento sobre o regramento formal, e é nosso dever explicar. A Constituição diz que o Orçamento precisa ser executado, salvo algumas exceções.

Por exemplo, se houver risco para as metas fiscais e outras condições. A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) também traz um comando de contingenciamento, em caso de receitas insuficientes para o cumprimento da meta. Se no relatório bimestral há receitas para cumprir a meta primária, obrigatoriamente temos de descontingenciar. Não há liberdade formal para o gestor optar por fazer outra coisa. Compreendo o argumento, correto do ponto de vista estratégico, de que segurar mais um pouco as despesas faria sentido nesta reta final.

Mas, com o ordenamento como está e como a regra do arcabouço, precisaríamos de mudança legal para ter essa flexibilidade.

Créditos extraordinários

Os créditos extraordinários não foram abertos porque o governo quis burlar algo. Teve uma enchente sem precedentes no Rio Grande do Sul e o governo foi compelido a dar suporte aos gaúchos, num regramento que já existe: o crédito extraordinário. Conseguimos dar um suporte enorme, tudo está se recuperando, acho que será um case exemplar de reconstrução. Estamos caminhando provavelmente para ficar, em termos de execução, em torno de R\$ 25

bilhões ao final do ano. Aparecem R\$ 40 bilhões de crédito extraordinário porque não podemos cancelar valores até o fim do ano, mesmo aqueles que não serão executados. Por exemplo, a política de compra emergencial de arroz tem R\$ 7,5 bilhões que não serão executados.

Ajuste fiscal

Precisamos ser honestos e não desmerecer o esforço que está sendo feito para o cumprimento da meta. Mesmo incluindo o Rio Grande do Sul e todos os créditos extraordinários, a minha sensação é que nós vamos ficar abaixo de 0,5% do **PIB** de déficit primário, o que é um grande resultado, bem diferente do que o mercado está estimando.

Ruídos

Sempre fui muito respeitoso com a opinião de todo mundo, mas têm saído imprecisões. O crédito extraordinário não está contabilizado no quê? Há um mandamento normativo que diz que o crédito extraordinário responde a situações inesperadas. Portanto, há liberdade de abri-lo adicionalmente ao Orçamento e não computar na meta de primário.

Mas é contabilizado normalmente no resultado primário, tanto o apurado pelo Tesouro Nacional quanto pelo Banco Central.

Auxílio-gás

Tomamos conhecimento da matéria. Ela exigiria tempo de maturação do Tesouro. Não tinha esse tempo, então combinamos de olhar isso com mais atenção em uma eventual sanção [ou seja, após o projeto de lei ser aprovado no Congresso]. Alertamos que, por ser um instrumento não tradicional, poderia gerar algum ruído. [Colocar a despesa no Orçamento] é uma das possibilidades.

Esse é o grande ponto, o que incomoda. A focalização dele ainda não está adequada, tem algum ajuste a ser feito? É esse debate que nós estamos tentando construir.

E outra coisa: materialmente, essa discussão não é nada, não afeta nenhum indicador, é uma matéria que nem está aprovada.

Pé-de-meia

Quando o aporte do FGO (Fundo Garantidor de Operações) aconteceu, foi uma despesa primária.

Ela aconteceu e tinha um objeto.

Se ela tivesse coberto a inadimplência daquilo que ela se propôs [dos empréstimos do Pronampe], ela esgotaria os recursos e acabou.

Mas ficou aquele resíduo de recursos.

Eu acho que essa discussão está numa outra dimensão em relação à do auxílio-gás. É transferência de uma sobra de recurso de um fundo privado para outro fundo privado. A visão mais clássica do ponto de vista das finanças é fazer o "banho orçamentário". Ou seja, fazer o recurso ingressar como receita orçamentária e retirá-lo como despesa primária. Isso aqui é uma visão mais clássica ou purista da execução. É mais recomendável, porque força uma nova disputa por esse recurso. Mas está longe de ser uma criação de receita ou um grande artifício transferir esse saldo [do FGO] para um outro fundo.

Recursos esquecidos como receita primária

Não foi o governo que escolheu considerá-lo como compensação da desoneração, foi uma decisão do Congresso. E nós não levamos para o último relatório bimestral para fins de primário. A discussão é o cumprimento do acordo firmado com o STF. A retirada desse montante para fins do acordo significa ter de encontrar mais de R\$ 8 bilhões faltando três meses para encerrar o ano. Agora, esse tipo de situação já ingressou no passado como receita primária e ninguém falou que era aberração. O BC contabilizou como receita primária sem polêmica. Caso a gente precise trocar essa compensação, teremos de encontrar uma solução juntos.

Dívida pública

Estamos revisando a trajetória, mas não há alteração relevante.

Em 2024, devemos fechar um pouco abaixo de 78% do **PIB** na nossa projeção, um pouco abaixo do que o mercado está prevendo, e não costumamos errar nesses casos.

Devemos ficar em 77,7%, 77,8%. O **PIB** ajuda, mas tem um novo ciclo da política monetária de aperto que tem algum impacto, já que parte importante da dívida é corrigida a taxa flutuante. Mesmo os títulos não indexados à taxa flutuante acabam sendo contaminados pela Selic. Continuamos estabilizando por volta de 2028 em cerca de 81% do **PIB**, 81,5% do **PIB**, 82% do **PIB**, mas ainda estamos refinando para tornar público. O ideal seria estabilizar abaixo de 80% do **PIB**. Vamos ver se a gente consegue, mas olhando a projeção hoje, com o que existe, estamos estimando esse patamar.

"Vamos ficar abaixo de 0,5% do **PIB** de déficit primário, o que é um grande resultado"

"Créditos extraordinários não foram abertos porque o governo quis burlar algo"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

BC vê aperto monetário até o ano eleitoral de 2026 (Editorial)

O Relatório de **Inflação** do Banco Central do terceiro trimestre projeta que o IPCA ainda estará fora da meta ao longo de 2026, ano de eleições presidenciais. Utilizando como referência a taxa de juros indicada pelo boletim Focus, que contempla aumento de um ponto da taxa Selic, para 11,5%, a **inflação** no trimestre imediatamente anterior ao pleito de outubro estará em 3,4%, e os juros, em dois dígitos (10,25%). Ao querer forçar a marcha do crescimento com gastos públicos, o governo Lula poderá ter de enfrentar a batalha eleitoral com a economia contida, crescendo bem menos do que nos dois primeiros anos de seu mandato, e com juros elevados. O ano eleitoral, porém, ainda está longe, e o BC terá em 2025 um novo presidente, indicado por Lula, além de um sistema de meta de **inflação** contínua.

No cenário relevante para a política monetária, o primeiro trimestre de 2026, a projeção de **inflação** subiu 0,2 ponto, para 3,5%, um sinal de que a carga de juros indicada pode ser inferior à necessária para atingir a meta. Na próxima reunião, em novembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) estenderá seu foco para o segundo trimestre de 2026. O fato, segundo o relatório, é que na comparação com documento anterior, do segundo trimestre, "as projeções de **inflação** subiram em todo o horizonte apresentado, aumentando assim o distanciamento em relação à meta". Os motivos principais foram uma atividade econômica mais forte que o esperado, resultante de uma reavaliação para cima do hiato do produto (a distância positiva ou negativa em que a economia se encontra de seu potencial produtivo), além da depreciação cambial e expectativas desancoradas de **inflação** em ascensão.

Com a reavaliação, constata-se que a economia está crescendo acima do potencial e continuará assim até o fim do ano, quando um arrefecimento da atividade, esperada já a partir do terceiro trimestre, voltará a produzir alguma ociosidade. O Banco Central espera que a contenção do fôlego produtivo ocorra não só porque o ciclo de queda dos juros foi interrompido e se tornou um novo ciclo de aperto, mas também porque tem a "expectativa de menor estímulo fiscal" e porque estímulos externos estarão ausentes, já que a economia global não deverá crescer mais do que em 2024.

O relatório apresenta retratos variados de uma

economia aquecida. O desemprego, de 6,9% no trimestre encerrado em agosto, é o menor desde julho de 2014. O rendimento médio real habitual do trabalho apresenta crescimento acima da **inflação** há 10 trimestres consecutivos, embora tenha se desacelerado um pouco agora - passou de 5,8% reais em junho para 4,8% em julho. Mais de 80% das negociações salariais feitas até agosto culminaram em reajustes acima da **inflação**. Os desligamentos voluntários, indicadores de folga no mercado de trabalho, somam 36,5% do total. O salário real de admissão sobe há cinco trimestres consecutivos.

Com isso, o BC elevou sua estimativa de crescimento da economia no ano de 2,5% para 3,2%, contando com um desempenho substancialmente melhor da indústria (de 2,7% para 3,5%) e do setor de serviços (de 2,4% para 3,2%), assim como saltos no consumo das famílias (de 3,5% para 4,5%) e do consumo do governo (de 1,8% para 2,7%). Um dos efeitos da maior expansão é que o nível de utilização da capacidade industrial (Nuci) atingiu em agosto 83,3%, seu maior índice desde 2011. Outro efeito relevante é que, com a economia crescendo acima do potencial, fica ainda mais difícil do que já era domar a **inflação** de serviços, segundo o BC o setor "mais sensível ao hiato do produto".

Apesar de o IPCA ter diminuído em setembro, a **inflação** trimestral aumentou, assim como a média dos núcleos de **inflação**, que eliminam uma combinação de elementos voláteis. Nos 12 meses encerrados em maio, a média foi de 3,55%, subindo em agosto para 3,8%, incompatível com uma trajetória de **inflação** rumo à meta de 3%. Já para os serviços, tanto as variações em 12 meses quanto as trimestrais anualizadas dos preços e de seus núcleos se encontram ao redor de 5%.

Por tudo isso, mais a depreciação cambial (que pode se reverter a curto prazo), os juros começaram a subir. Nos cálculos do BC, como a taxa neutra de juros é de 4,75% (nível que não estimula nem desestimula a atividade), a taxa real do custo do dinheiro, já elevada, subirá para 7,1% no quarto trimestre (com possível Selic a 11,75%), para declinar a partir daí e encerrar o ciclo de alta em 5,5% (10,25%). Mas o cenário é incerto, e o BC não se comprometeu com nenhum ritmo de alta ou taxa de juros terminal. O objetivo do BC é esfriar a economia. Com o aperto monetário,

estima uma evolução do **PIB** de 2%, em 2025, com um recuo pela metade do consumo das famílias (2,2%), redução do consumo do governo para 2% e queda forte dos investimentos (de 5,5% para 2%).

O presidente Lula, até mesmo para garantir suas chances eleitorais, deveria suavizar o aperto e encurtar sua duração.

Cortaria gastos e reduziria subsídios, ajudando assim a política monetária a colocar logo a **inflação** nos eixos e deixar a trilha econômica livre para um crescimento que seja sustentável. Ainda há tempo para isso.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

Regime fiscal, 25 anos de inconsistências (Artigo)

Por Benito Salomão

Benito Salomão é professor de Macroeconomia no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

A história da política fiscal no Brasil tem sido marcada por descontinuidades.

Em 2024, o regime fiscal caracterizado pelas metas primárias completou 25 anos, sendo que, de 2014 para cá, o Brasil tem operado sistematicamente em déficits. Após a crise de 2014, que se mostrou como um dos mais duradouros e graves ciclos recessivos da história, a política fiscal do país tem sido calibrada a partir de um ténue equilíbrio entre a dívida pública e o crescimento do **PIB**. Em suma, a exemplo da política monetária, a política fiscal brasileira tem sido orientada por um duplo mandato.

Do ponto de vista da dívida pública, a gestão da política fiscal está calcada em tentar evitar que este agregado assuma uma trajetória explosiva. Esse objetivo mostra que uma estratégia de redução do endividamento público no país está ausente da pauta política nos governos que se sucederam desde 2010. Em outras palavras, ao menos no que se refere ao mandato da estabilização da dívida pública, a política fiscal tem sido gerida a partir de um fio de navalha, preservando uma expansão da dívida pública em parâmetros considerados "aceitáveis" no curto prazo.

O problema dessa estratégia é que essa gestão da expansão da dívida já parte de um valor inicial da dívida/**PIB** bastante elevado para os padrões históricos. Com isso, a margem para elevações desse endividamento é baixa.

Ademais, a dívida pública não é resultado apenas das intenções da política fiscal. Na prática, ela expressa também o que se passa no front da política monetária e absorve, ainda, as expectativas de seus financiadores quanto à solvência do governo. Ou seja, enquanto a política monetária expressa a dimensão da ponta curta da taxa de juros e seus efeitos sobre o endividamento público, as expectativas dos agentes refletem a ponta longa da estrutura a termo da taxa de juros.

Ao se olhar para as condições de política monetária no

último ano, um afrouxamento foi observado nas contínuas quedas da Selic, que partiu de um patamar de 13,75% ao ano em julho de 2023 para os atuais 10,5%. Esse afrouxamento da política monetária não se transmitiu para o custo de rolagem da dívida bruta brasileira, que segue relativamente estável em torno dos 11% ao ano no mesmo período. Isso implica que há elementos para além da política monetária que pesam nos fatores expectacionais dos detentores da dívida pública.

Em seu livro "Fiscal Policy under Low Interest Rates", Oliver Blanchard disserta sobre tais fatores expectacionais ao evidenciar a existência de equilíbrios múltiplos na relação entre endividamento público e seu custo de rolagem. A possibilidade de múltiplos equilíbrios supõe a possibilidade de que a economia migre de um bom para um mau equilíbrio sem que mudanças no estado da economia sejam verificadas. Traduzindo para termos menos técnicos, agentes econômicos podem mudar sua percepção de risco de default da dívida pública mesmo que seu nível (ou trajetória) não apresente grandes mudanças. Isso porque essa percepção de risco está condicionada mais a expectativas subjetivas do que a dados objetivos da economia. Se essa percepção de risco é alterada, mesmo que o estado da economia não apresente grandes alterações, os detentores da dívida pública podem cobrar um prêmio de risco maior para rolarem a mesma.

Sob essa perspectiva, a administração da política fiscal no "fio da navalha" do endividamento público traz inúmeros riscos associados.

Isso porque nenhuma técnica disponível pode prever uma mudança da percepção dos agentes. Regras fiscais têm um importante papel a cumprir a esse respeito, uma vez que elas podem atenuar o problema da inconsistência dinâmica dando um horizonte de previsão sobre o padrão de longo prazo da política fiscal. Porém, para que elas possam desempenhar satisfatoriamente esse papel, não basta que elas sejam propostas e aprovadas meramente como uma carta de intenções, seu cumprimento ao longo dos anos importa para tonar a política fiscal dinamicamente consistente.

Como dito no início desse artigo, de 25 anos para cá, o Brasil encontrou o seu regime cambial e o seu

regime monetário, mas ainda tenta encontrar seu regime fiscal. O regime de metas primárias que funcionou bem até meados da década de 2000, sucumbiu sobre a crise das pedaladas fiscais na década seguinte. O Novo Regime Fiscal que estipulava um teto na Constituição visando congelar o crescimento real da despesa primária durou por pouco tempo e colidiu com a morosidade de reformas e com as necessidades de crescimento real do gasto. Algumas dessas necessidades de ampliação real de despesas eram meritórias, outras eram apenas manutenção de privilégios.

A Regra de Ouro prevista no artigo 167 da Constituição, que prevê que o governo só pode se endividar contraindo despesas de capital, não é observada há muito tempo. O endividamento saltou nos últimos 15 anos, enquanto o investimento público claudica. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é a que performa melhor, orienta bem a conduta fiscal de entes federados, mas é importante salientar que essa é uma regra muito mais procedimental do que uma âncora fiscal. Até por essa característica, a LRF ainda continua de pé.

Após 25 anos tentando encontrar um regime fiscal sustentável, a política fiscal brasileira está agora na fase do Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Essa regra, que completou um ano no último mês, traz alguns aspectos interessantes e outros arriscados.

Dentre os interessantes salienta-se a possibilidade de expansão do gasto real atrelado ao comportamento das receitas. Se isso estiver balizado por algum senso de prioridade em Brasília, é possível que essa expansão real do gasto seja direcionada para fortalecer serviços público essenciais, ao invés de privilégios.

Dentre os elementos arriscados segue a sua excessiva flexibilidade, a flutuação da meta primária entre bandas certamente exacerbará o viés de déficit da política fiscal doméstica, com o limite inferior se tornando o alvo da política.

Se isso for verificado, o sistema de âncoras fiscais brasileira continuará funcionando mal, e a inconsistência dinâmica da política macroeconômica persistirá.

As várias dimensões do NAF estão submetidas a decisões políticas.

Na verdade, o problema fiscal brasileiro verificado nesses 25 anos é um problema muito mais de economia política do que de arranjo institucional. A discricionariedade pela qual a política fiscal foi submetida no último quarto de século é política. Sem

resolver a política, a inconsistência dinâmica da política fiscal deverá persistir por muitos anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187996>

Mercado vê aperto mais forte na Selic após projeções do BC para IPCA

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Anaís Fernandes, Gabriel Shinohara, Alex Ribeiro, Victor Rezende e Estevão Tair De São Paulo e Brasília

O fato de as projeções de **inflação** do Banco Central (BC) permanecerem acima do centro da meta ao longo de todo o horizonte das projeções da autoridade monetária, como apontou o Relatório de **Inflação** (RI) divulgado ontem, reforçou a perspectiva de que o aperto da Selic pode ser ainda maior nos próximos meses. Instituições financeiras passaram a trabalhar com uma taxa básica mais alta.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, porém, evitou dar pistas sobre os próximos passos e deu ênfase à abordagem "dependente de dados". "A gente precisa de mais dados e mais tempo para entender como vai se dar para frente [o ciclo]", disse.

Após o Comitê de Política Monetária (Copom) ter dado início a seu ciclo de aperto nos juros na semana passada e a ata, divulgada na terça-feira, ter mantido o mesmo tom que o **comunicado** da decisão, o RI voltou a ser considerado pelos agentes do mercado como uma sinalização mais dura da autarquia.

No documento, as projeções de **inflação** da autoridade monetária não retornam ao centro da meta em nenhum prazo. O BC estima o IPCA de 2024 em 4,3% e uma **inflação** de 3,7% em 2025. No primeiro e no segundo trimestres de 2026 - períodos que ganham maior importância pelo horizonte relevante de política monetária -, a **inflação** estimada está em 3,5%. E mesmo no primeiro trimestre de 2027, projeção mais distante feita pelo BC, a **inflação** está em 3,2% - acima, portanto, do centro da meta de 3% perseguida pelo Copom.

"O Banco Central prevê a necessidade de condições monetárias restritivas até, pelo menos, o fim de 2026 e a trajetória de referência do mercado para a Selic e o real não fornecem projeções de **inflação** condicional alinhadas com a meta de 3% nos próximos dois anos e meios", afirmou o chefe de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos.

Também houve revisão nas projeções de hiato do produto [medida sobre o nível de ociosidade na economia] pelo Copom. O indicador passou a ser

estimado em 0,5% para o segundo e terceiro trimestres de 2024, de zero e 0,2% no último relatório, respectivamente. O hiato do produto estimado para o quarto trimestre de 2024 é de 0,3%, ante 0,4% no também superior ao projetado no RI anterior, de -0,4%.

Para o primeiro trimestre de 2026, a estimativa passou para 0,3%.

Assim, o conjunto das informações apresentadas no documento levou boa parte dos agentes financeiros a concluir que a dose de juros para trazer a **inflação** de volta para a meta é maior, portanto, que os 11,5% projetados no Focus. Ao longo do dia, algumas instituições passaram a esperar uma Selic de 12,5% ao fim do ciclo de aperto.

Foi o caso do BTG Pactual, que espera agora três elevações seguidas de 0,5 ponto percentual nas reuniões de novembro, dezembro e janeiro, além de um ajuste final de 0,25 ponto em março.

Em nota assinada pelo economista-chefe para Brasil do banco, Claudio Ferraz, o BTG aponta que os dados do RI passam uma mensagem de tom "hawk" (dura) e, assim, o documento corrobora a comunicação do Copom desde a reunião da semana passada.

Para o BTG, o relatório apresentou uma "substancial revisão" da projeção de crescimento econômico em 2024, casada com a avaliação de que o hiato do produto foi para o campo positivo. Ainda assim, a projeção de **inflação** para o segundo trimestre de 2026, logo após o término do horizonte relevante do BC, ainda demonstra um IPCA elevado de 3,5%.

"Assim, a comunicação de setembro mostra que o Copom reconheceu, no cenário doméstico, que a atividade econômica tem demonstrado mais força que o esperado e, na **inflação**, vê um processo mais desafiador de convergência para a meta, citando assimetria para cima em seu balanço de riscos", disseram os economistas.

A consultoria Buysidebrazil, que tem a economista Andrea Damico como fundadora e CEO, traçou caminho semelhante para a Selic após a divulgação do RI, ao apontar que a revisão no hiato do produto acrescenta 0,35 ponto à **inflação** no fim do primeiro

trimestre de 2026, no horizonte relevante da política monetária. O cálculo é compensando apenas parcialmente pelo efeito do aumento das perspectivas de juros, que tira da projeção de **inflação** cerca de 0,25 ponto, de acordo com os cálculos da consultoria.

Para o economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, o RI não trouxe informações novas em relação ao que já tinha sido apresentado no **comunicado** e na ata da última reunião do Copom.

De qualquer forma, está implícito que o BC vai acelerar o ritmo de aumento da Selic para a taxa de 0,5 ponto a partir de novembro, disse.

"O BC, de fato, está empenhado em garantir a convergência da **inflação** e, para isso, vai ter que entregar um ciclo maior do que a maioria dos analistas e o próprio mercado imaginavam", afirmou Fonseca, cuja projeção também é de Selic em 12,5%, com fim do ciclo em março. A Reag revisou a sua estimativa logo depois da última reunião do Copom.

Embora a autoridade monetária tenha iniciado o ciclo com uma elevação contida de 0,25 ponto, para Fonseca está claro que essa opção se deu exclusivamente no contexto da reunião de setembro.

Durante entrevista, inclusive, Campos explicou que não houve um debate sobre uma alta mais agressiva nos juros, de 0,5 ponto, já na semana passada. "Se tivesse algum grupo que tivesse considerado uma alta de 0,5 ponto, a gente teria escrito na ata que um grupo considerou. Se não está na ata, é porque não tivemos esse debate." Além disso, quando questionado sobre os números recentes do IPCA, Campos viu sinais qualitativamente melhores e apontou que há uma tendência de que a **inflação**, no curto prazo, poderia vir "um pouco melhor". Ele, porém, ressaltou que tem preocupações com a dinâmica futura dos preços, como o tema de alimentos relacionados à seca.

O IPCA-15 subiu 0,13% em setembro e, assim, ficou bem abaixo das projeções de mercado.

Os reflexos no mercado de juros do Relatório de **Inflação** foram sentidos especialmente nos contratos de prazo intermediário. Ao fim da sessão, a taxa do DI de janeiro de 2026 saltou de 12,085% para 12,20% e a do DI de janeiro de 2027 avançou de 12,11% a 12,245%.

Segundo os preços extraídos da curva de juros, a Selic alcançaria a faixa dos 12,75% em 2025.

Para Campos, não cabe ao BC "ficar falando se a gente concorda ou discorda do mercado". Os comentários foram feitos após uma pergunta sobre

uma fala do dirigente no início da semana sobre um possível exagero nos prêmios de risco.

"BC vai ter que entregar ciclo maior do que a maioria dos analistas imaginava" Marcelo Fonseca

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187996>

BC eleva para 3,2% projeção do PIB 2024

O Banco Central (BC) elevou de 2,3% para 3,2% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024. A informação é do relatório de **inflação** trimestral do BC divulgado ontem. O consumo das famílias e dos investimentos produtivos foram os principais responsáveis pela mudança no principal indicador da economia. O BC destaca que as altas no consumo das famílias, nos investimentos e nos setores mais cíclicos da economia já vinham sendo registrados nos trimestres anteriores deste ano.

Segundo o relatório, o crescimento do **PIB** no segundo trimestre de 2024 surpreendeu positivamente. "A atividade econômica brasileira segue mostrando dinamismo, levando a uma nova rodada de revisão para cima das projeções de crescimento no ano".

O crescimento "robusto" da economia no segundo trimestre de 2024 contribuiu para o índice positivo, de acordo com a autoridade monetária. "A alta do **PIB** de 3,3% ante o segundo trimestre de 2023 superou amplamente as expectativas vigentes à época do Relatório anterior, quando a mediana das previsões no relatório Focus era 1,6%".

INFLAÇÃO

A expectativa de **inflação** para este ano registrou alta, segundo o relatório do BC. Passou de 3,96%, no último relatório, para 4,31%, abaixo dos 4,37% esperados pelo Focus. O aumento se deve, segundo o BC, ao impacto da crise climática que encareceu produtos agrícolas e bens industriais.

As dificuldades impostas à produção pela seca em várias regiões do país devem manter a pressão inflacionária. Segundo o relatório, a seca "pode atrasar o plantio da safra de verão, comprometendo o cultivo da safra de inverno no período ideal". Além disso, o clima de seca e calor contribuem para o aumento das tarifas de energia, impactando na **inflação**.

Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elevou as estimativas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4% para 4,4%, e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 3,8% para 4,2%. O Ipea divulgou ontem as projeções atualizadas para a **inflação** brasileira em 2024.

"A análise da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea é de que o ambiente inflacionário brasileiro vem se tornando menos favorável, gerando, assim, um aumento das

expectativas de **inflação**. Diante de um desempenho mais forte do nível de atividade e seus impactos sobre um mercado de trabalho aquecido, a aceleração dos preços dos serviços livres, aliada aos efeitos da desvalorização cambial sobre os bens comercializáveis e novos focos de pressão sobre os preços dos alimentos, da energia e dos combustíveis, sinalizam que o processo de desinflação da economia brasileira tende a ser mais lento que o projetado no último trimestre", diz o instituto. (Agência Brasil)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/09/bc-eleva-para-3-2-projecao-do-pib-2024.html>

Ipea eleva a previsão do IPCA de 4% para 4,4% neste ano

Rio de Janeiro - O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elevou as estimativas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4% para 4,4%, e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 3,8% para 4,2%. O Ipea divulgou ontem as projeções atualizadas para a **inflação** brasileira em 2024.

Em agosto, a **inflação** registrou alta de 4,2% em 12 meses, repercutindo, sobretudo, os reajustes de 5,2% dos serviços livres e de 5,6% dos preços administrados. Em relação aos preços administrados, os reajustes da gasolina (8,7%), dos planos de saúde (8,7%) e dos medicamentos (6%) podem ser apontados como os principais focos de pressão inflacionária no período.

Segundo o Ipea, ainda que em menor intensidade, as altas apontadas pelos alimentos e pelos bens industriais refletem a aceleração dos preços, agrícolas e industriais, no atacado, refletindo o aumento dos custos de matérias-primas, originados tanto pela aceleração das cotações das commodities no mercado internacional, quanto pela forte desvalorização cambial.

Em relação aos serviços livres, há pressão inflacionária por conta de uma demanda aquecida e pelo aumento dos custos relativos à mão de obra, ambos provenientes de um mercado de trabalho mais dinâmico.

Quanto à alimentação no domicílio, considerando a pressão causada pelos efeitos da seca sobre a produção de cereais, carnes, frutas e legumes, a taxa de **inflação** prevista passou de 5,9% para 5,6%, refletindo o alívio inflacionário vindo da queda de 2,3% observada no bimestre julho-agosto. Já as taxas de **inflação** dos bens industriais e a dos serviços livres, projetadas para 2024, aceleraram de 2,1% e 4,6% para 2,4% e 5%, respectivamente, refletindo, em ambos os casos, o aumento nos custos de produção, aliado à manutenção da demanda em patamar elevado.

A estimativa para a **inflação** dos preços administrados em 2024 também foi elevada, avançando de 4% para 4,7%, impulsionada pelo aumento dos combustíveis e da energia elétrica, efeito, no primeiro caso, do aumento do preço do petróleo e à desvalorização

cambial, e no segundo caso, da estiagem sobre o nível dos reservatórios, gerando a necessidade do acionamento de bandeiras tarifárias de maior sobrepreço.

Riscos - De acordo com o Ipea, diversos fatores contribuem para cenários de riscos para a **inflação** no curto prazo: o acirramento dos conflitos internacionais e seus efeitos sobre as cotações das commodities no mercado externo, além de novas desvalorizações cambiais originadas pela piora do ambiente fiscal e do prolongamento dos efeitos da seca sobre a produção de alimentos e energia podem desencadear uma piora no cenário inflacionário.

"Ainda assim, para 2025, as projeções do Grupo de Conjuntura do Ipea indicam que o processo de decompressão inflacionária pode ocorrer, diante de uma apreciação cambial derivada deste diferencial de juros. Conjugada à melhora das condições climáticas, com a possibilidade da trajetória de **inflação** mais benigna para os bens industriais e os alimentos, as previsões de projeções de **inflação** para 2025 feitas pelos pesquisadores, são de 3,9%, medida pelo IPCA, e de 3,8%, medida pelo INPC", conclui o Ipea. (ABr)

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-27-09-2024/>

Campos Neto explica fatores para alta da Selic

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem (26), que três fatores motivaram, essencialmente, o início do ciclo de aperto monetário: o mercado

de trabalho, a revisão para cima no ritmo de crescimento da economia e a piora das expectativas de **inflação** na ponta. "Decidimos colocar uma assimetria no balanço de riscos, são algumas das razões pelas quais decidimos iniciar o ciclo", disse Campos Neto, durante entrevista coletiva para comentar o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI), em São Paulo.

O Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou a taxa Selic em 0,25 ponto porcentual no último dia 18, de 10,50% para 10,75%. Campos Neto disse que o IPCA-15 de setembro - que foi divulgado esta semana e ficou abaixo das estimativas do mercado - é positivo, mas não muda o curso do BC. "Nossa decisão não está baseada em um número de curto prazo, a gente tenta olhar um conjunto de dados", afirmou.

Negativa

O presidente do Banco Central disse ainda que nenhum membro do Copom defendeu um aumento maior do que 0,25 ponto porcentual na reunião da semana passada. "Se tivesse algum grupo que tivesse considerado uma alta de 0,50 ponto, a gente teria escrito na ata "um grupo considerou". Se não está na ata, é porque não tivemos esse debate", respondeu.

Segundo o presidente do BC, um ciclo gradual de aumento estava em linha com a comunicação anterior do Copom. Ele lembrou que, em um momento, o mercado chegou a precificar um "super ciclo" de alta da Selic, que não era compatível com os recados do Co-pom.

Sobre sua saída da instituição, Campos Neto ainda disse que é "maravilhoso" a autoridade monetária brasileira ter 2 presidentes, referindo-se ao atual diretor de Política Monetária do Banco, Gabriel Galípolo, que foi indicado para substituí-lo no comando da instituição.

Galípolo deverá ser sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado no próximo dia 8 de outubro. Caso seja aprovado, assumirá o cargo em

janeiro de 2025, quando termina o mandato de Campos Neto - indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Site:

<https://edicaoimpresa.folhape.com.br/books/xrso/#p=1>

Quais as gerações com mais dívidas - PERSONA

ROBERTA JUNGMANN

A geração Z, focada nas atenções como o futuro do mercado de trabalho e consumo, enfrenta desafios financeiros significativos. Segundo o Mapa de Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil da Se-rasa, 34,1% dessa geração está endividada, sendo a segunda com mais dívidas no País.

A crise econômica pós-pandemia, marcada pela alta **inflação** e queda no poder de compra, agravou essa situação. No entanto, o grupo com mais dívidas é o da geração X, com idades entre 41 e 60 anos, que lidera o ranking com 35,1% de inadimplência.

Com um pé na Alepe 1

O jovem suplente Cayo Albino, filho do atual prefeito e candidato à reeleição de Garanhuns, Sivaldo Albino, está contando as horas para o dia 6 de outubro. Isto porque, seu pai pode ser reeleito prefeito e tem outro fator também.

Com um pé na Alepe 2

Caso Júnior Matuto seja eleito prefeito do Paulista, ele assumirá, em 1º de janeiro, o cargo de deputado estadual, na vaga deixada por Matuto, que assumiu o posto, essa semana, na vaga do saudoso José Patriota, falecido no último dia 17 de setembro.

Viva Nely

A Academia Pernambucana de Letras realiza a "Sessão da Saudade" em memória da escritora Nelly Carvalho, falecida no último dia 8 de junho. Os acadêmicos Lourival Holanda e Margarida Cantarel-li e a jornalista Jô Mazzarolo farão homenagem à inesquecível mestra e autora de obras nos campos da Comunicação e Linguística segunda, às 15h, na APL.

Eis a questão

Os debates que ocorrerão na TV, na próxima semana, a alguns dias do primeiro turno - os primeiros realizados no Recife - serão capazes de mudar o cenário que estão consolidados em todos os institutos de pesquisas? Fica a pergunta!

Circulando

Pio Guerra já está nos preparativos para a 31a Agrinordeste, que ocorre de 7 a 10 de novembro, no Centro de Convenções.

A consultora de business Shirleide Lima e Gabriel Belmont realizam hoje, das 14h às 18h, o 2º Encontro de Networking da Reserva do Paiva, no Novo Mundo Empresarial.

A bailarina e coreógrafa francesa Fanny Vignals apresenta hoje, às 17h30, no Teatro Apolo, a performance "Meu Lugar". A entrada é gratuita.

Criatividade no Recife

O Recife foi uma das cidades escolhidas para integrar o World Creativity Day 2025. O artista plástico Toni Cordeiro ficará à frente das ações, junto com a fotógrafa Katarina França e o jornalista Carlos Pimenta. Desde 2018 o Dia Mundial da Criatividade ocorre no dia 21 de abril, em defesa da ONU. Desde já, o trio promete grande agito na Cidade.

Será que passa?

O deputado Tião Medeiros (PP-PR) protocolou projeto de lei na Câmara Federal que proíbe beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família de gastar dinheiro em casa de apostas, conhecidas como bets, prevendo a perda do benefício de quem descumprir a regra. Será aprovado pelos deputados? A conferir!

Haja grana

O Banco Central, de acordo com a Folha de S. Paulo, identificou que o brasileiro destinou via Pix de forma bruta entre R\$ 18 bilhões e 21 bilhões mensais às empresas de apostas de janeiro a agosto deste ano, totalizando mais de R\$ 166 milhões. O valor bruto (só com Pix) já ficaria em pelo menos R\$ 216 bilhões. Considerando a média observada nos meses passados, o total chegaria a R\$ 249 bilhões.

Posse no TRE-PE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Cândido Saraiva, convida para a posse do desembargador Fernando Cerqueira na Corte Eleitoral no dia 9 de outubro, às 17h, na sala de

sessões do TRE-PE, quando ocupará o cargo de vice-presidente. A posse se dará três dias após as eleições municipais do primeiro turno.

Point da Refeno

O Bargaço vai ser um dos pontos mais disputados para assistir à largada da Regata Recife - Fernando de Noronha, amanhã. O restaurante, que tem vista privilegiada para a Marina Internacional, abre as portas às 11h. Os decks já estão lotados de barcos que irão atravessar o oceano. As mesas externas são as mais disputadas.

Nutrição

A Associação Pernambucana de Nutrição (APN) realizará simpósio no Hotel Luzeiros, reunindo nutricionistas, estudantes e técnicos de nutrição, no dia 16 de outubro. Kelly Alves, Coordenadora Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, será uma das estrelas do evento, como palestrante. Na data é comemorado o Dia Nacional da Alimentação.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/xrso/#p=1>